



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO VICENTINI BUSSOLA

**COMPLEXO ECOLÓGICO AMBIENTAL DE CATALÃO:
IMPLEMENTAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS PARQUES NA MALHA
URBANA**

CATALÃO (GO)
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

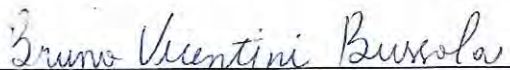
Nome completo do autor: **BRUNO VICENTINI BUSSOLA**

Título do trabalho: **COMPLEXO ECOLÓGICO AMBIENTAL DE CATALÃO: implementação e territorialização dos parques na malha urbana**

3. Informações de acesso ao documento:


Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 16/05/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

BRUNO VICENTINI BUSSOLA

**COMPLEXO ECOLÓGICO AMBIENTAL DE CATALÃO:
IMPLEMENTAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS PARQUES NA MALHA
URBANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando

CATALÃO (GO)
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

BUSSOLA, Bruno Vicentini
COMPLEXO ECOLÓGICO AMBIENTAL DE CATALÃO [manuscrito]
: implementação e territorialização dos parques na malha urbana / Bruno
Vicentini BUSSOLA. - 2018.
100 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma ORLANDO.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Catalão, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas.

1. Equipamentos Públicos. 2. Políticas Públicas. 3. Planejamento
Urbano. 4. Plano Diretor. I. ORLANDO, Paulo Henrique Kingma,
orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE **Bruno Vicentini Bussola**

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (28/03/2018), às 15h (quinze horas), na Sala de Aula do Mestrado em Geografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 138ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado **Bruno Vicentini Bussola**, matrícula nº 20160951, CPF 058.548.419-83, intitulada “**COMPLEXO ECOLÓGICO AMBIENTAL DE CATALÃO: implementação e territorialização dos parques na malha urbana**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 005/2018 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando (Orientador) CPF nº 669.087.876-72, Dr. Rogério Bianchi de Araújo (Membro Externo) CPF nº 125.311.738-11, Dr. Ronaldo da Silva (Membro Interno) CPF nº 792.803.901-04. Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 17 horas e 00 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando – Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo – Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Ronaldo da Silva - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Obs.:

ACATAR AS RECOMENDAÇÕES DA BANCA

Presidente da Banca – Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando - Ass. _____

Resultado final: APROVADA (x) REPROVADA ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: _____

Secretária do PPGGC-RC/UFG _____

Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação
em Geografia / Regional Catalão / UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de atendimento de cinco dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

Dedico esta dissertação em primeiro lugar a minha família, meus pais Luiz Antonio Bussola e Elizete Vicentini Bussola e meu irmão Douglas Vicentini Bussola, que lutaram comigo e persistiram na minha formação acadêmica. Gostaria de homenagear meu avô **Danilo Carmelo Bussola**, geógrafo e historiador de formação que foi uma inspiração, desde o início da minha trajetória escolar.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo Paulo Henrique Kingma Orlando, pelas horas de conversas incansáveis. Pelo profissional exemplar que desde as primeiras disciplinas, na graduação em Geografia, até as últimas conversas vem quebrando as falácias profissionais do geógrafo.

Aos professores que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a minha formação e na conclusão desta dissertação. Não poderia deixar de mencionar os meus colegas de mestrado, pois com eles enfrentei cargas pesadas de disciplinas que nos foram exigidas.

Ao Departamento de Geografia da UFG – Regional Catalão, na pessoa do Prof. Dr. Ronaldo da Silva, e da coordenadora do mestrado em Geografia Profa. Dra. Magda Valéria pela dedicação enquanto gestores.

Aos professores que participaram da banca examinadora, Dr. Ronaldo da Silva e Dr. Rogério Bianchi de Araújo, agradeço as contribuições e reflexões feitas a partir da avaliação do trabalho que permitiram projetar perspectivas de estudos futuros.

A Renata Cristine Santos Vaz, que desde o início vem me incentivando e me ajudando nessa jornada pelo mundo Acadêmico.

Ninguém escolhe o lugar, o ventre, a cor da pele, a etnia, a condição socioeconômica e sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso deixa acontecer. No mundo inteiro, nos países mais diversos, os nascituros emergem nas situações mais diversas do ponto de vista da conjuntura socioeconômica, familiar e sociocultural.

Isso nos obriga a ter uma responsabilidade com o ser humano, com o outro, que não pode ter limitações, independentemente dos lugares onde nasceram, já que podem ter nascido na rusticidade dos sertões ou na beira de igarapés, ou ainda na periferia pobre das grandes cidades. É uma responsabilidade ética e humanística que deve presidir o pensamento de todas as pessoas que têm um mínimo de esclarecimento e de moral humana. E disso resulta que, para o Brasil, onde existem grandes extensões, temos que estar pensando em todos aqueles que nasceram em seus confins mais necessitados, e não apenas nos mais favorecidos das grandes cidades.

[...]

(AB'SABER, 2013, p.159)

RESUMO

A Dissertação intitulada “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão: implementação e territorialização dos parques na malha urbana” teve como objetivo geral analisar a implementação dos parques urbanos a partir dos planos diretores de Catalão 2004 e 2016. No primeiro capítulo fizemos uma revisão teórica dos conceitos de território, poder, planejamento urbano e parques urbanos. No segundo capítulo o objetivo foi mapear a distribuição dos parques urbanos de Catalão (GO), identificando seus conteúdos paisagísticos e seus equipamentos de infraestrutura, através de trabalho de campo. O terceiro capítulo teve como objetivo compreender a implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas no período de 2004 a 2016, referentes a criação e manutenção dos parques urbanos. Por fim chegamos a conclusão que os equipamentos urbanos foram distribuídos no espaço urbano de forma irregular devido a vários fatores tanto de ordem natural, quanto de ordem social, e pelas gestões questionáveis no período estudado.

Palavras Chave: Equipamentos Públicos. Políticas Públicas. Planejamento Urbano. Plano Diretor.

ABSTRACT

The thesis entitled "Ecological Environmental Complex of Catalão: implementation and territorialization of parks in the urban network" had as general objective to analyze the implementation of urban parks from the 2004 and 2016 Catalão Master Plans. In the first chapter we did a theoretical review of the concept of territory, power, urban planning and urban parks. In the second chapter the objective was to map the distribution of the urban parks of Catalão (GO), identifying their landscape contents and their infrastructure equipment, through field work. The third chapter aimed to understand the implementation of public policies for urban planning in Catalão (GO) proposed from 2004 to 2016, regarding the creation and maintenance of urban parks. Finally, we conclude that urban equipment was distributed in urban space in an irregular manner due to several factors of both natural and social order and questionable management during the period studied.

Keywords: Public Equipment. Public policy. Urban planning. Master plan.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Estocolmo 1972
C.P.	Clube do Povo
ECO 92	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro 1992
LED	Light Emitting Diode
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMC	Mitsubishi Motors Corporation do Brasil
PDDSUAC	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão
PDOTDSC	Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável de Catalão
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEMMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Catalão inundada.....	45
Foto 2 -	Represa Clube do Povo.....	49
Foto 3 -	Pista de Caminhada C.P. noturno.....	49
Foto 4 -	Pista de skate C.P.....	50
Foto 5 -	Quadras de areia C.P.....	50
Foto 6 -	Parque Calixto Abraão.....	52
Foto 7 -	Academia ao ar livre Parque Calixto Abraão.....	53
Foto 8 -	Parque Pirapitinga.....	54
Foto 9 -	Parque Santa Cruz.....	55
Foto 10 -	Pista de caminhada do Parque Santa Cruz.....	57
Foto 11 -	Iluminação de <i>LED</i> no Parque Santa Cruz.....	57
Foto 12 -	Iluminação de <i>LED</i> na pista de caminhada no Parque Paquetá....	58
Foto 13 -	Condomínios residenciais próximos ao Parque Paquetá.....	60
Foto 14 -	Parque Monsenhor Souza.....	61
Foto 15 -	Parque Vereda dos Buritis.....	62
Foto 16 -	Catalão viver aqui é bom demais!.....	63
Foto 17 -	Catalão orgulho de viver aqui.....	64
Foto 18 -	Área pública no bairro Estrela.....	65
Foto 19 -	Área pública no bairro Evelina Nour.....	65
Foto 20 -	Conjunto habitacional Ipanema.....	66
Foto 21 -	Praça do bairro Ipanema.....	66
Foto 22 -	Quadra no bairro Pontal Norte.....	67
Foto 23 -	Reunião do Plano Diretor ocupação de áreas verdes.....	69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Carta Imagem 1 -	Complexo Ecológico Ambiental de Catalão.....	15
Figura 1 -	<i>Regent's Park</i> , cidade de Londres, Inglaterra.....	19
Figura 2 -	Bosque de Bolonha, cidade de Paris, França.....	21
Figura 3 -	<i>Central Park</i> , cidade de Nova York, Estados Unidos	22
Figura 4 -	Proposta de revitalização da Mata do Setor Universitário	56
Figura 5 -	Governo anuncia melhorias na infraesturura urbana de Catalão.....	59
Carta Imagem 2 -	Parques propostos pelo Plano Diretor 2016.....	63
Carta Imagem 3 -	Área de preservação permanente no pasto do Pedrinho.....	72
Figura 6 -	Reunião do Plano Diretor ocupação de áreas verdes.....	73
Carta Imagem 4 -	Microzoneamento urbano de Catalão.....	79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Mapa de localização do Município de Catalão.....	40
Mapa 2 -	Perímetro Urbano da cidade de Catalão.....	41
Mapa 3 -	Distribuição dos Parques na Malha Urbana de Catalão.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 Parques urbanos: origem, uso, função e influência no contexto da cidade	18
1.1 As relações entre o Poder e o território.....	25
1.2 Os parques urbanos como estratégia de apropriação do território	32
2 Catalão e seus parques: formação, desenvolvimento e políticas públicas	39
2.1 Catalão: evolução da ocupação do sitio urbano e das intervenções ocorridas	42
2.2 Formação e evolução dos parques urbanos de Catalão.....	46
2.2.1 Parque “Complexo Recreativo Clube do Povo”	48
2.2.2 Parque Calixto Abraão.....	51
2.2.3 Parque Pirapitinga	53
2.2.4 Parque Natural Municipal Santa Cruz	54
2.2.5 Complexo Ecológico Municipal Maria Pires Perillo “Parque Paquetá” ..	58
2.2.6 Complexo Ecológico Anísio de Oliveira Gomides “Vereda do Buritis” e Complexo Ecológico Francisco Cassiano Martins “Parque Monsenhor Souza”	60
2.3 Catalão e suas contradições: os bairros periféricos.....	63
3 Planejamento e gestão urbana da cidade de Catalão como política seletiva de classe	68
3.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão.	73
3.2 Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão	75
3.3 Plano Diretor: uma proposta de gestão democrática.	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	90

INTRODUÇÃO

Os parques urbanos apresentam-se no espaço urbano a partir das novas dinâmicas territoriais decorrentes da primeira revolução industrial, o que vem ocorrendo é uma ressignificação na relação homem/natureza. É nessa nova reestruturação no espaço urbano que surgiram pesquisas de várias áreas do conhecimento sobre parques urbanos.

Jardins, praças e os parques remontam a Antiguidade, e tinham como características a coletividade, o lazer e o poder, durante os séculos estes espaços foram se modificando ganhando novos contornos e novos significados.

Parques urbanos como conhecemos hoje são produto da era industrial e tem no imaginário popular o distanciamento do caos urbano, lugar de descanso da vida agitada da cidade. Para que possamos compreender a criação e a territorialização dos parques urbanos no contexto da cidade moderna utilizaremos do conhecimento geográfico.

O interesse pela discussão da temática surgiu ao realizar o trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Geografia defendido na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão no ano de 2014, intitulado “Equipamentos públicos comunitários: a situação dos bairros da região sul da cidade de Catalão (GO), no período de 2004 a 2014.”, emergiram as preocupações sobre o planejamento urbano municipal, ou seja, a oportunidade de conhecer melhor a realidade de um bairro nos instigou a pensar a situação da cidade numa escala mais ampla.

Diante da constatação de não haver equipamentos públicos de lazer na região sul da cidade de Catalão e com a ausência de participação dos moradores nas tomadas de decisões locais, passamos a pensar a respeito dessa não participação popular no âmbito das políticas públicas de planejamento urbano municipal e da necessidade de se problematizar sobre como se deu a implementação dos equipamentos públicos de lazer na malha urbana, mais especificamente os parques urbanos.

Partindo dessa inquietação começamos a pensar sobre como se deu a implementação dos parques urbanos na cidade de Catalão, podendo problematizar as políticas públicas, ou seja, analisar o que foi realizado pelos gestores a partir do que foi indicado no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão (2004-2016).

Há neste sentido uma diversidade de estudos que envolvem o espaço urbano e seus desdobramentos no território, no planejamento, no plano diretor, no cotidiano, nas

relações sociais. Em uma análise de macro escala, as discussões sobre a cidade e urbano vem sendo realizadas por geógrafos e também por outras áreas do conhecimento: arquitetos urbanistas, cientistas sociais, antropólogos, engenheiros e etc.

Como aporte teórico para nossa pesquisa recorreremos as obras de Friedrich (2007), Garabini (2004), Miranda (2014) e Serpa (2016), para discutir sobre as origens dos parques urbanos no contexto da revolução industrial e como ocorreu a ressignificação nesses espaços ao longo do tempo. Para compreender a relação entre Poder e o território tomamos como referências Castro (2009), Foucault (2007), Haesbaert (2016), Raffestin (1993), Ratzel (1983), Souza (2015) e Saquet (2005, 2007, 2015). Os parques urbanos vem ganhando espaço na Geografia como objeto de estudo, como é o caso de Cardoso (2015), Gomes (2013), Loboda (2009), Moreira e Silva (2013) e Serpa (2014), geógrafos que se propuseram pesquisar essa temática.

Outro fator que não podemos negligenciar nesse estudo é a necessidade de planejar a cidade, considerando que o solo urbano é onde se materializa a vida da população ou de uma sociedade e neste sentido, devemos pensar e compreender sua dinâmica territorial. Nesse contexto os parques urbanos surgem como uma política pública que proporciona ou proporcionaria uma melhor qualidade de vida para os munícipes, como propõem Silva (2008) e Souza (2013).

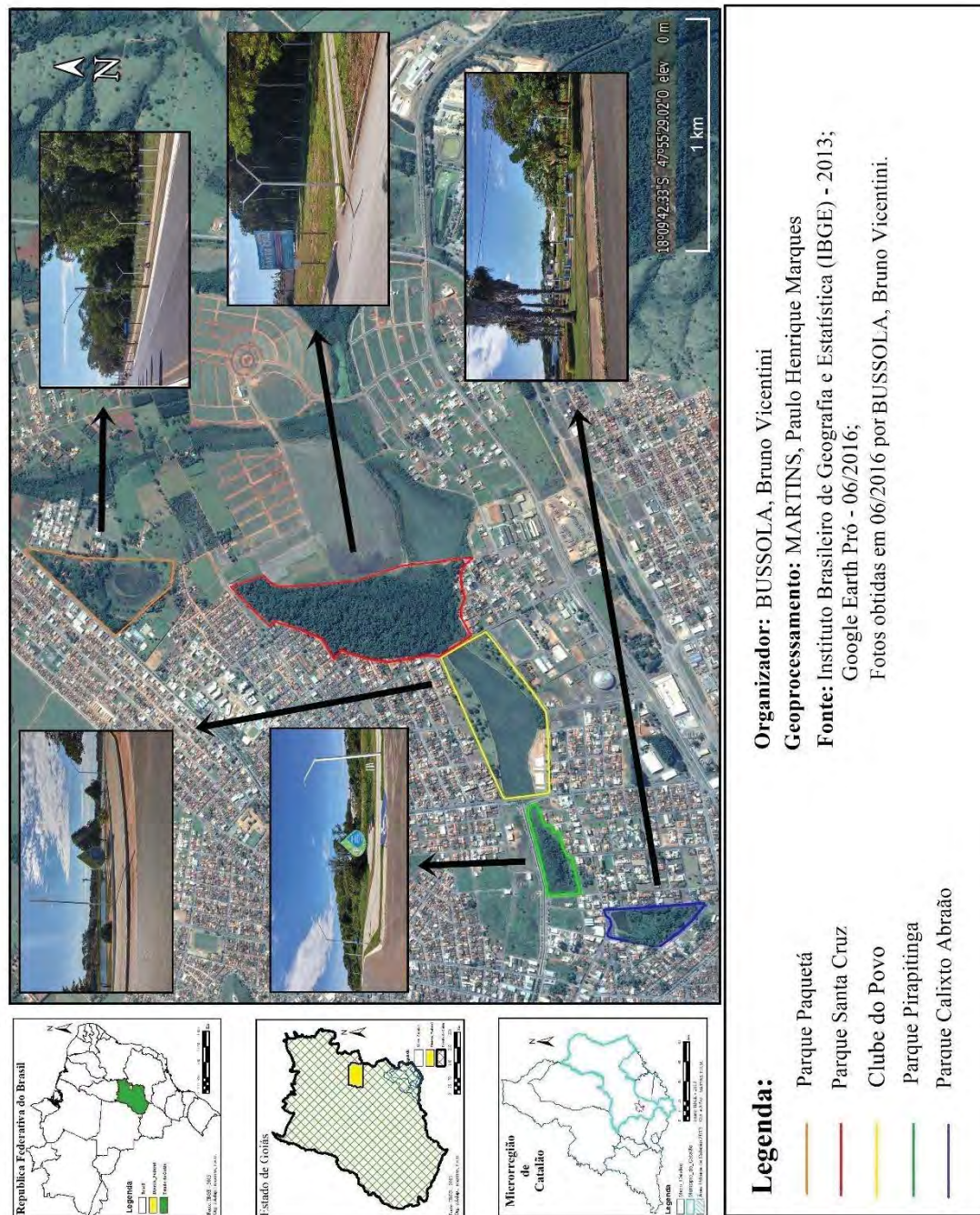
Diante do exposto, nos propomos a responder as seguintes perguntas: Como se deu a territorialização dos parques urbanos de Catalão (GO)? Como foi definida sua localização na dinâmica territorial da cidade? Houve uma implementação diferenciada das políticas públicas de planejamento urbano propostas no período de 2004 a 2016?

Para responder a essas indagações propomos como objetivo geral: analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial, problematizando as políticas públicas de planejamento urbano propostas no período de 2004 a 2016. Mais especificamente pretendemos: a) fazer uma revisão teórica e conceitual sobre os conceitos de Território, Poder, Planejamento Urbano, Parques Urbanos; b) mapear os parques municipais urbanos de Catalão (GO) e identificar seu conteúdo paisagístico e seus equipamentos de infraestrutura; c) compreender como se deu a elaboração e implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas no período de 2004 a 2016, referentes a criação e manutenção do parques urbanos.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo pretendemos empregar procedimentos e técnicas com vistas a determinar os passos a serem seguidos, a saber:

a) pesquisa teórica sobre território, planejamento urbano e parques urbanos; b) pesquisa documental para análise da legislação referente a criação e implementação dos parques urbanos da cidade de Catalão (GO); c) pesquisa de campo para coleta de registros fotográficos dos parques, seus conteúdos paisagísticos e seus equipamentos de infraestrutura.

Carta Imagem 1 – Complexo Ecológico Ambiental de Catalão



Fonte: BUSSOLA (2017)

A área a ser pesquisada é o que estamos denominando como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”, que compreende cinco parques urbanos: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá. (Carta Imagem 1) Os mesmos foram selecionados como objeto de investigação por estarem localizados de maneira centralizada na malha urbana e pelo fato de terem sido objeto de revitalização recente.

A ideia de complexo tem fortes inspirações na Geografia francesa lablachianas, que tem como objetivo mostrar de que forma os elementos naturais estão distribuídos no espaço geográfico, levando em consideração os fatos históricos e de ordem social. Neste sentido o complexo ecológico é antes de mais nada a expressão da paisagem, por elementos naturais e pelo trabalho do homem, no tempo e no espaço.

O complexo geográfico ou, neste caso, o complexo ecológico não se esgota na descrição da paisagem, compreender esta realidade significa avançar para as teias de inter-relações que ocorrem entre os elementos físicos e humanos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo fizemos uma revisão teórica dos conceitos de território, poder, planejamento urbano e parques urbanos. O primeiro capítulo traz a discussão sobre os parques urbanos sua origem, uso, função e influência no contexto da cidade. Em seguida abordamos as relações entre o Poder e o território. E por fim buscamos compreender os parques urbanos como estratégia de apropriação do território.

No segundo capítulo o objetivo foi mapear a distribuição dos parques urbanos de Catalão (GO), identificando seus conteúdos paisagísticos e seus equipamentos de infraestrutura, através de trabalho de campo. O primeiro item é referente a evolução da ocupação do sítio urbano e das intervenções ocorridas no território catalano, para tanto utilizamos de autores como Abrão (2011), Campos (1976, 1985), Democh (2008), Marçal (2012), Oliveira (2005) e Ramos (1984). No segundo item deste segundo capítulo tratamos sobre formação, desenvolvimento e políticas públicas de Catalão no contexto dos parques urbanos. Posteriormente nos dedicamos a compreender a formação e evolução dos parques urbanos de Catalão. Finalizando este segundo capítulo, problematizamos a situação dos bairros periféricos de Catalão descortinando algumas contradições.

O terceiro capítulo teve como objetivo compreender a implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas no período de 2004 a 2016, referentes a criação e manutenção dos parques urbanos. O primeiro item

deste capítulo destaca, em qual perspectiva de planejamento urbano podemos caracterizar as gestões dos últimos dois planos diretores. No subitem seguinte, analisamos as políticas de planejamento a partir das perspectivas dos planos diretores municipais 2004 e 2016. E finalizamos o capítulo destacando uma perspectiva de plano diretor como uma proposta de gestão democrática da cidade.

A expectativa com a realização deste estudo é pensar como vem sendo tratadas as áreas destinadas a equipamentos urbanos sociais pelos gestores públicos e tem como intuito contribuir para uma discussão acadêmica e geográfica.

O interesse em lançar este olhar sobre a questão do planejamento urbano em Catalão é na expectativa de que mudanças de postura possam ser provocadas pelas intervenções da pesquisa, proporcionando uma nova visão tanto dos gestores públicos como da sociedade como um todo.

1 Parques urbanos: origem, uso, função e influência no contexto da cidade

A proposta deste capítulo é revisar a origem dos parques urbanos a partir de uma construção conceitual relacionando a criação e sua dinâmica territorial na cidade, segundo a territorialização conjuntamente com a territorialidade do parque urbano como estratégia de apropriação, valorização e manutenção do *status quo*.

Não desconsiderando a escala temporal, mas tentando organizar a discussão sobre os parques urbanos na atualidade, se fez necessário remontarmos aos movimentos de parques que surgiram na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Há um consenso entre os autores, sobre o surgimento e desenvolvimento dos parques urbanos. Gomes (2013), por exemplo, destaca que os parques urbanos surgiram no início do século XVIII tendo como fundo a Revolução Industrial inglesa e francesa, o autor ainda enfatiza que os avanços do capitalismo modificaram profundamente o modo de viver e a relação do homem com a natureza.

O autor ainda acrescenta que desde então pressupõe-se que o parque urbano é o distanciamento do caos urbano, sendo esses espaços considerados refúgios, podemos notar um primeiro aspecto que envolve essa relação do homem com a natureza, e conseqüentemente uma possibilidade de melhora na qualidade de vida.

Ao aprofundarmos nesse processo histórico, Garabini (2004) e Friedrich (2007) destacam que a revolução industrial que ocorreu durante o século XVIII, foi o principal fator de influência no surgimento dos parques urbanos, seguindo então a ordem cronológica, primeiramente na Inglaterra, em seguida na França, e posteriormente nos Estados Unidos da América.

Aos novos propósitos de parque urbano pós revolução industrial inglesa Friedrich (2007) desta que:

A nova percepção deste espaço aberto busca uma aproximação amistosa com a natureza, com uma linguagem mais orgânica, onde o lago ou o riacho de formas sinuosas era o principal elemento da composição. Existe neste modelo uma preocupação com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, com a necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana bastante adensada, com as funções de “pulmão verde”, de saneamento, representando um oásis de ar puro e de contemplação, estimulando a imaginação. (FRIEDRICH, 2007, p.40-41)

Cabe aqui ressaltar que os parques urbanos tiveram finalidades distintas em cada tempo histórico, por exemplo, os parques urbanos na Grécia, tinham por finalidade a sociabilidade, sendo o local de encontro e de lazer. Já na Inglaterra do século XVIII os parques urbanos eram vistos como a salvação para o caos que estava sendo instaurado nas cidades, sendo então espaços que proporcionariam o ar puro, a contemplação, a recreação, o lazer, mais o principal: a natureza, o verde.

Iremos abordar três parques urbanos, destacando algumas de suas características e estruturas a fim de esclarecer essa nova concepção de parque. Quanto aos parques ingleses, Garabini (2004) destaca que as principais características são: as linhas curvas seguindo o traçado do terreno, rios e lagos e uma vegetação semelhante a encontrada na natureza.

Regent's Park é um exemplo deste novo contexto, que utiliza das características naturais para apropriação do espaço. Criado originalmente numa área de caça de Henrique VIII, que compreende aproximadamente 110 hectares, foi cedida à Prefeitura de Londres em 1809 para que se tornasse um espaço público destinado ao lazer. Garabini (2004) afirma que, em contrapartida, o entorno do parque fosse entregue aos agentes imobiliários e sua função fosse comercial.

Figura 1 – *Regent's Park*, cidade de Londres, Inglaterra



Fonte: Google Earth Pró – 3/2017. Org. Bussola, Bruno Vicentini. 2017

A implantação de *Regent's Park* “levou ao coração de Londres a sensação de se criar uma atmosfera de jardim urbano, imitação da natureza, ao alcance de um amplo

segmento da população. Desde que possuísse poder aquisitivo.” (GARABINI, 2004, p.30)

Podemos dizer que os parques nesse momento são inseridos na lógica do capital. A especulação imobiliária (público/privado) tem papel importante na produção do/no espaço, como vem destacando os autores, os parques ingleses são marcados então por dois processos distintos, sendo o primeiro a absorção de grandes espaços livres representados pelos jardins dos palácios da nobreza que foram ao longo do tempo abertos ao público e inseridos na malha urbana, o segundo processo foi em razão dos empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada.

Tanto os parques urbanos franceses, quanto os parques ingleses se destacam e se aproximam em alguns pontos. Em ambos os países os parques estavam sendo incorporados nas cidades tidas como “ideais”, que por sinal, tornaram-se grandes por extensão, com uma concentração populacional cada vez maior. Essas cidades, ao mesmo tempo buscaram deixar de ser restritas e fechadas, passando a ser iluminadas e arejadas abandonando então as concepções de cidades medievais.

Para concretizar essa nova ideia de cidade o movimento francês tinha nos *boulevards* e nos parques lugares primordiais nessa nova dinâmica urbana. Paris e o plano de ação Haussmann que tem como característica a abertura de avenidas e a realização dos *boulevards*, ligava os monumentos e os parques franceses a nova dinâmica urbana de Paris. (FRIEDRICH, 2007, p.41)

Garabini (2004, p.43) atribui uma única grande diferença entre os parques franceses e os ingleses, segundo o autor a principal diferença entre eles é que enquanto na França os parques tinham uma forte relação com a mobilidade urbana as vastas avenidas que ligavam os *boulevards* aos grandes monumentos parisienses, os ingleses eram isolados em parte dessa dinâmica urbana.

Podemos destacar na França o parque *Bois de Boulogne* ou Bosque de Bolonha, situado na cidade de Paris, é um parque urbano considerado o “pulmão verde” da cidade. Sua localização próximo ao centro e a *Champs-Élysées* uma das principais avenidas da França. O parque de Bolonha se transformou em um grande parque de diversões com diferentes atrações como: hipódromo, restaurantes, vários jardins, museus. (GARABINI, 2004)

Figura 2 – Bosque de Bolonha, cidade de Paris, França.



Fonte: Google Earth Pró – 3/2017. Org. Bussola, Bruno Vicentini. 2017

Como podemos observar na figura 3 o Bosque de Bolonha se localiza entre o rio Sena e as fortificações ocidentais, ou seja, a parte mas histórica de Paris. Originalmente era um bosque natural, que tinha sua função para caça sendo propriedade da realeza. Suas belezas naturais levaram a se tornar sede de vida elegante na cidade. (GARABINI, 2004)

Após destacar algumas características da criação e das funções dos parques tanto ingleses quanto franceses, vejamos então o projeto de parque urbano norte-americano, que tem seu surgimento com características semelhantes aos demais, sendo principalmente o crescimento das cidades no início do século XIX nos Estados Unidos.

Segundo Friedrich (2007, p.42) nos Estado Unidos uma característica é utilizar a paisagem como instrumento urbanístico. “A natureza dentro do ambiente urbano não era só um espaço aberto que traria melhores condições de saúde física e mental, mas sim uma unidade espacial sobre a qual se poderia reconstruir a unidade de um ambiente degradado.” Nessa tendência de utilizar os espaços territorialmente degradados, fica claro uma característica de revalorização monetária de áreas antes esquecidas, o parque neste sentido perde sua função inicial.

Outra característica marcante dos parques norte-americanos, é ser considerado um lugar público de justiça social e democracia, locais de reivindicação e protesto. Socialmente e culturalmente o principal parque urbano nos Estados Unidos é o *Central*

Park em Nova York, planejado e projetado para atender as necessidades de uma nova metrópole norte-americana do século XX.

A cidade de Nova York, como boa parte das cidades norte-americanas, estavam carentes de equipamentos públicos destinados ao lazer, a recreação, ao ócio e ao lúdico. No plano de expansão da cidade, na ilha de Manhattan foi proposto um sistema de tabuleiro de xadrez, segundo Garabini (2004) foram propostas cinco áreas para pequenos parques considerados a priori insuficientes para nova dinâmica urbana proposta.

Entre 1840 e 1850, foi incluído no plano de malha rígida e ortodoxa de Nova York, um tipo de espaço denominado “pulmão verde”, extenso e de uso público. Esse enorme retângulo, a priori, com superfície de 252 hectares, entre as avenidas 59 e 106, depois prolongado até a 110, fora objeto de concurso público de projeto denominado Central Park. (GARABINI, 2004, p. 66)

Sua implementação ocorreu entre os anos de 1853 e 1857, dispondo de 337 hectares maior do que o projeto inicial de Olmsted e Vax. (GARABINI 2004) A forma retangular de 3,7 km de extensão e 1 km de largura é típica de um parque linear (Figura 3), considerado pitoresco aos padrões de parques franceses e ingleses da época que utilizavam do revelo da vegetação nativa e de lagos e rios naturais.

Figura 3 – *Central Park*, cidade de Nova York, Estados Unidos



Fonte: Google Earth Pró – 3/2017. Org. Bussola, Bruno Vicentini. 2017

Garabini (2004. p.69) destaca ainda que Olmsted ao criar o *Central Park* recebeu forte influência de outro parque denominado *Birkinhead Park* situado em Liverpool na Inglaterra. “[...] onde o parque é o ponto central de milhares de pessoas que habitavam aquela cidade.”

A consolidação do *Central Park* incentivou o surgimento desse tipo de espaço público por toda a América, sendo então considerado um modelo de parque a ser seguido, essa ideia de parque vigorou até século XX.

Ao analisarmos o surgimento destes parques urbanos, podemos inicialmente ver as várias funções que os parques ingleses, franceses e norte-americanos exerceram sobre a sociedade e sobre o espaço territorial. Os parques foram criados naqueles contextos para amenizar os problemas como patologias, salubridades, lazer, saúde e sociabilidade dessa nova vida urbana. Não devemos desconsiderar as questões paisagísticas e os planos de desenvolvimento urbano e social.

Dando continuidade a essa discussão, voltamos nossas atenções à origem e formação dos parques urbanos no Brasil, suas influências e perspectivas para o desenrolar do século XXI.

Os parques urbanos no Brasil, diferentemente dos criados na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos que surgiram para atender necessidades da sociedade e desse novo modo de viver urbano, tem sua origem numa proposta de atender as demandas da elite brasileira juntamente com a família real portuguesa recém chegada ao país.

Como afirma Miranda (2014, p.50) um dos primeiros parques urbanos no Brasil surgiu em Recife, com Conde Maurício de Nassau, que construiu em sua residência um jardim e um viveiro, “com intenções de construir uma nova Holanda no Recife”.

A chegada da família real portuguesa no Brasil no início do século XIX teve um papel essencial nas transformações sociocultural e política do país, a primeira cidade a sofrer essas transformações materiais (urbanística) e imateriais (social e política), foi a capital Rio de Janeiro, um exemplo, é a criação do Jardim Botânico, o Campo de Santana e Quinta de Boa Vista, que são territórios criados pelo poder público em parceria com a elite local. Miranda (2014) destaca que a criação dos parques nesse cenário tem forte ligação com as elites emergentes, que controlavam a nova nação e tinham como ideal a figuração urbana especialmente inglesa e francesa.

Essas novas tendências e modelos de cidade influenciaram a urbanização brasileira dois exemplos são as cidades de Goiânia e Brasília no estado de Goiás,

planejadas pelo poder público com parceria com empresas privadas. A proposta era de uma cidade tida como “ideal” (SOUZA, 2013), a intenção era dar um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas, em outras palavras é a tentativa de melhorar e adaptar as cidades à era industrial e por tabela as necessidades capitalistas.

As referidas capitais se assemelham em vários aspectos, primeiro foram planejadas com intenção de receber o Poder Político Administrativo Estadual no caso de Goiânia e Federal sendo Brasília (que abrange o legislativo, o executivo e o judiciário). Tanto Goiânia como Brasília foram pensadas e seguiram uma tendência dos planejamentos físico territoriais muito em voga na época.

Podemos observar essas duas capitais no que Souza (2013, p.128) vem chamar de Urbanismo Modernista, que tem como fundo a ideia de “*modernização da cidade*” juntamente com a “*ordem*” e a “*racionalidade*”. Tanto a capital federal quanto a capital goiana vinham sofrendo com problemas de salubridade, higiene e de ordem no sentido estrito da palavra.

Seria então necessário, em ambos os casos, uma modernização das cidades para fortalecer o progresso capitalista, isso no Brasil veio acarretado de uma influência inglesa, e principalmente francesa de planejamento, os “famosos” zoneamentos.

Serpa (2016, p.171) destaca que “na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social das classes médias, destino final das políticas públicas, que procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicados.”

O autor ainda observa que muitos dos parques permanecem “invisíveis” para a maioria da população. “Existe, portanto, uma distância mais social do que física, separando os novos parques daqueles com ‘baixo capital escolar/cultural’”. Percebemos que o parque se transforma em objeto de consumo de uma parcela específica da sociedade, um modismo do novo espaço urbano, que revela um conteúdo simbólico da segregação socioespacial e da valorização imobiliária que ocorre nos locais onde são implementados os parques urbanos públicos. (SERPA, 2016, p.173)

Os novos parques públicos são, portanto, elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas. Eles se tornaram álibis para justificar grandes transformações físicas e sociais dos bairros afetados pelas operações de requalificação urbana. Álibis porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estético,

que ultrapassam largamente seus limites espaciais. (SERPA, 2016, p.173)

Notamos claramente que os parques urbanos valorizam o espaço urbano e tem no território suas transformações, que contrariam a ideia que norteia o parque urbano público que é idealizado como bem coletivo e lugar de diversão de uma “natureza socializada”.

Para dar corpo a essa discussão que norteia os parques urbanos, faz-se necessário aprofundarmos a discussão do território e da relação dele com o poder, da territorialização ou ação dos indivíduos sobre o espaço e a territorialidade sendo os vários usos individuais e coletivos da sociedade.

1.1 As relações entre o Poder e o território

Faz-se necessário antes de aprofundarmos essa discussão entre território e poder, deixarmos claro o que é poder? Para tanto iremos recorrer a Claude Raffestin (1993) e Inês de Castro (2009), ambos geógrafos e o filósofo Michel Foucault (2007). Claro que poderíamos trazer vários autores que trabalham com essa temática, tanto no âmbito da geografia quanto das outras ciências humanas.

Para Raffestin (1993) o poder se apresenta de forma ambígua, porque a palavra pode ser escrita com letra maiúscula ou minúscula, podendo assim mudar conforme a circunstância. O autor deixa clara essa diferença ao afirmar que:

Marcado com uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” [...] Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação”. (FOUCAULT, 1976, p. 121 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 51)

Seria então, com letra maiúscula, toda relação de Poder exercida pelo Estado nação através de seus aparelhos de dominação e controle social e natural. Para o autor isso seria negar e até mesmo mascarar o poder com letra minúscula, sendo este intrínseco de todas as relações.

O controle e a dominação que é a essência do Poder aparece para Raffestin (1993, p.58) de três formas, a primeira é a população, por ser ela a origem de toda a relação de poder; a segunda forma de poder é o território que se apresenta como o lugar

de todas as relações e a terceira forma se refere aos recursos que para o autor “[...] determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.”

Estes apontamentos feitos por Raffestin aproximam-se da discussão de aparelho de Estado em Foucault (2007, p. 6), que destaca “[...] o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo” já no capitalismo ocidental “[...] era denunciado pelos marxistas como dominação de classe”. Fica claro que, tanto para a direita quanto para a esquerda política, houve uma incapacidade de analisar esse Poder e suas estratégias, técnicas e táticas de atuação.

O Poder para o autor ultrapassa a realidade de Poder da geografia política de Ratzel, onde o Estado é detentor do Poder. Foucault (2007) deixa claro em sua microfísica do poder, que o poder não é um objeto natural, mas sim uma prática social e como tal constituída historicamente.

Foucault (2007) destaca dois grandes sistemas de análise do poder quando tentamos escapar das análises econômicas:

Um seria o grande sistema dos filósofos do século XVIII, que se articulava em torno do poder como direito originário que se cede, constitutivo da soberania, tendo o contrato como matriz do poder político. Poder que corre o risco, quando se exerce, quando rompe os termos do contrato, de se tornar opressivo. Poder-contrato, para o autor qual a opressão seria a ultrapassagem de um limite. O outro sistema, ao contrário, tentaria analisar o poder político não mais segundo o esquema guerra-repressão; nesse sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão com respeito ao contrato, isto é, um abuso, mas, ao contrário, o simples feito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudo-paz, de relação perpétua de força. (FOUCAULT, 2007, p. 17)

Para o autor, de um lado se encontrariam os mecanismo de poder repressor que ele intitula como hipótese de Reich e do outro o poder como confronto bélico soberano o que Foucault chama de hipótese de Nietzsche.

Uma terceira análise feita sobre o poder aparece na obra de Castro (2009) que elege três formas elementares de poder, a primeira denominada poder despótico, ou seja, a violência, a coerção pela força, ou simplesmente o medo. Seria então a ação que contradiz a vontade do outro, portanto pelo bem privado daquele que o pratica.

A segunda forma de poder é a autoridade, contraria a dominação apresentada anteriormente, para a autora o poder da autoridade tem mais força do que o poder da

dominação “[...] pois a autoridade repousa sobre o consentimento social como fonte de estima e legitimidade.” Buscando assim o bem daquele que é o objeto da ação. (CASTRO, 2009, p.103)

A terceira e última forma de poder, que é denominada pela autora como poder político, caracteriza-se pelos dois tipos de poderes apresentados anteriormente, tanto o despótico (ou dominação) quanto o autoritário (concessão), esse entrelaçamento de ideias abre possibilidade para se alcançar um “bem comum”.

Souza (2015) destaca que o poder é evidentemente a capacidade de um povo de uma sociedade estabelecer suas normas e de fazê-las cumprir, sob penas de sanções morais ou materiais:

[...] Mas essa capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes ou dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. A *heteronomia*, ou seja, a imposição da “lei” (no sentido amplo da palavra grega *nómos*: lei, norma, costume) de cima para baixo e/ou de fora para dentro, é aquela situação com a qual a humanidade mais frequentemente se viu confrontada; apesar disso, não é a única possibilidade, nem é uma inevitabilidade decorrente de qualquer “lei natural” (SOUZA, 2015, p.64 – grifos do autor)

Essa forma de poder é encontrada em países periféricos ou semiperiféricos devido as suas diversas experiências com um Poder estatal corrupto e desmoralizante, Souza (2015, p.64) destaca que não podemos reduzir o poder em algo mau ou ruim. Uma possibilidade muito difundida pelo autor é a *autonomia* ou nas palavras do autor:

[...] a capacidade de um grupo de ‘dar a si próprio lei’ (em outras palavras, de *autogerir-se* e *autogovernar-se*, livre de hierarquias institucionalizadas e assimétrica estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo)”. (SOUZA, 2015, p.64 – grifos do autor)

Então destacado aqui pelo menos uma possibilidade de superação dessa forma de Poder que vem sendo exercido pelo Estado e conseqüentemente pelas classes dominantes, que asseguram a partir do Estado a manutenção do *status quo*.

O território é conceito fundamental para as análises, geográfica e/ou político-geográfica, na Geografia esse processo se intensificou a partir das pesquisas de

Friedrich Ratzel sobre a emancipação político-administrativa, na atualidade o território vem ganhando novos significados nas mais diversas escalas, no tempo e no espaço.

Na amplitude do conceito, desde Ratzel passando por Raffestin, Haesbaert, Souza entre outros, o território vem sendo apropriado pelos geógrafos para os mais diversos fins. Friedrich Ratzel (1983, p.94) geógrafo alemão foi um dos primeiros a trabalhar essa ideia de território e sua relação com o Poder, em “O solo, a sociedade e o Estado”. O autor traz o conceito de território como uma relação de poder da sociedade que para ele seria o que se materializa no Estado:

[...] Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde encontra as fontes da sua vida. Mas se seu território se reduz é, de uma maneira geral, o começo do fim.”. (RATZEL, 1983, p.94)

Ratzel preocupado então com a formação territorial da Alemanha e com seus desdobramentos, lembrando que o Estado nação alemão foi um dos últimos a ser unificado e não participou do processo de colonização ao redor do mundo, vivendo essa realidade o autor sugere que o Estado é formado pelos territórios conquistados e explorados.

Trazendo o contexto histórico de Ratzel, que viveu na Alemanha, presenciou todo o processo emancipatório de seu país, e teve em o “espaço vital” sua grande ideia que para ter poder o Estado deveria ter grandes quantidades de território. Assim para o Sautor quanto maior o território de um país, maior seria seu poder em relação aos demais Estados nação.

Num primeiro momento ao pensarmos o conceito de território podemos pensá-lo formas territoriais, com o palpável (a cidade, o parque, a praça, as casas, as avenidas, a partir das concepções geográficas que estão estreitamente ligado a materialidade das tudo o que se apresenta concretizado no espaço). Ao pensarmos a partir das ponto de vista da Ciência Política a ênfase se encontra na construção das relações de poder, em sua maioria ligadas ao Estado.

Para Haesbaert (2016, p.37) o território é um conceito chave na geografia e em outras áreas do conhecimento como a Ciência Política, Economia, Sociologia e a Psicologia. O autor ainda destaca que na ciência geográfica o território é entendido a partir de sua materialização, em suas várias dimensões sociais e naturais. Na Ciência

Política o território tem uma relação particular com o poder, Haesbaert destaca que “na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado”.

Nesse momento, para responder nossas indagações, iremos utilizar tanto as concepções geográficas como políticas ou político-geográfica, entendendo tanto o território como materialização do espaço construído a partir das relações de Poder. (HAESBAERT, 2016)

A literatura em torno do território e dessa relação intrínseca com o poder aparece claro na obra de Raffestin (1993). Sugere o autor que para entendermos essa relação é preciso considerar que o espaço vem antes do território, e que o território se materializa no espaço como afirma o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Podemos ver que existe uma complexidade que é tratar o território, pois ele apresenta-se de várias maneiras como, por exemplo, o Estado, ou região, como os limites e fronteiras e etc. O autor deixa claro que o espaço é a prisão original e o território sendo a prisão que os homens constroem para si.

Raffestin em “Por uma Geografia do Poder” (1993) nos chama a atenção para o uso dos termos “espaço” e “território”, o autor destaca que os mesmos não são equivalentes e precisam ser delimitados teórico e conceitualmente.

Para o autor ao falarmos de território é fazer referência implícita à noção de limite “mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”. (RAFFESTIN, 1993, p.153)

Fica explícita aqui a noção cartográfica que o território imprime e como as relações sociais podem influenciar a dinâmica territorial de um país, de um Estado, de uma cidade ou de um bairro.

Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. É evidente que se pode tecer uma superfície de uma

infinidade de maneiras. Na realidade, tal não é o caso, pois o sistema de objetivos e de ações é sempre guiado por uma série de princípios que revelam uma ordem, hierárquica ou não. A tessitura territorial pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma dessas malhas. (RAFFESTIN, 1993, p.153)

Raffestin (1993, p.154) ressalta que essa tessitura é sempre um ajuste do Poder ou de um poder, o autor ainda destaca que “A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.”

Souza (2015) em uma releitura de um texto de sua autoria escrito em 1995, “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, reafirma o território e sua dimensão com o poder e acrescenta que o território também é cultura, por isso tem uma identidade, e um simbolismo, até mesmo econômico.

Um *região* ou um *bairro* são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente por identidades e intersubjetividades compartilhadas; são portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente *territórios*, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente um *contrapoder* insurgente. Ambos região e bairro podem ser, aliás, até mesmo estudados privilegiando-se o exercício do poder, apesar de, teórico-conceitual, essa não ser a característica definidora *primária* desses tipos de recorte espacial. (SOUZA, 2015, p.57 – grifos do autor)

Estamos diante de várias possibilidades de estudar o território. Saquet et al. (2005) destaca duas possibilidades de análise do território. Primeiro ponto é a dimensão econômica do território, e o segundo é a dimensão política e cultural, fica claro nas colocações do autor que ambas análises não andam separadas, havendo uma relação entre elas.

A territorialidade e a territorialização são elementos que concretizam essa relação proposta entre o território e o poder nesta concepção político-geográfica. Inicialmente podemos entender a territorialidade como os vários níveis do vivido territorial pela sociedade em geral. Raffestin (1993, p.158-159) destaca que os homens vivem dois tipos de relações existenciais e/ou produtivista, e acrescenta “Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há

interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.” Ao analisar essa proposta do autor destacamos que é inevitável e impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder.

Segundo Saquet (2015) para Robert David Sack, a territorialidade corresponde as ações humanas, seja individual ou em grupo para controlar ou obter o controle, numa determinada área, o que para Saquet é o território.

As territorialidades são multidimensionais como já foi abordado por Raffestin (existenciais ou produtivistas) e Saquet (2015, p. 83) a essas múltiplas dimensões que se apresentam no território acrescenta que “Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial.”

A territorialidade é então um fenômeno social que envolve indivíduos e grupos, é também mediação do simbólico que se apresenta no plano cognitivo e prático de cada sociedade, e de forma ativa que pode ser concretizada através de organizações políticas e do planejamento participativo como já propôs Marcelo José Lopes Souza em sua obra “Mudar a cidade”. (SOUZA, 2013)

Já a territorialização é entendida pelos autores como como Saquet (2007) multiescalar material (concreto) e imaterial (simbolicamente), o autor ainda acrescenta que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorializações e reterritorialização. (SAQUET, 2007, p.127)

A territorialização ou como vai além autores como Haesbaert (2016) e Souza (2014) em proporem a desterritorialização e reterritorialização, em outras palavras é a concretização das ações dos indivíduos de determinados grupos sociais em cada relação espaço-tempo.

A uma diversidade de análises que podemos realizar quando tratamos de território e poder, no passado ambos conceitos estavam interligados com a noção de Estado e da formação físico-territorial, na atualidade tanto território quanto o poder estão presentes em diferentes escalas, como ponderaram os autores trabalhados.

1.2 Os parques urbanos como estratégia de apropriação do território

Como foi trabalhado anteriormente há uma ligação estreita entre o território e o Poder. Podemos assim apontar várias possibilidades de análises territoriais com as mais diversas probabilidades como, por exemplo, o território do Estado, da cidade, do bairro e etc., atualmente podemos ver outras múltiplas territorializações e territorialidades, e dentre elas o parque urbano.

Destacamos que é no território que se materializam as intervenções humanas de políticas públicas, para consolidação de um parque urbano, de um hospital, de uma escola ou um bairro. Enxergamos inicialmente duas possibilidades, a primeira faz parte de um planejamento urbano que tem por finalidade atender as demandas sociais de forma integral; já a segunda tem um caráter tendencioso que atende os interesses do capital privado que asseguram a manutenção do “*status quo*”.

Para discutirmos essas tendências de planejamento urbano, Silva (2008) destaca que o planejamento é um produto tecnicista e uma ferramenta normativa de caráter interdisciplinar, instrumentos esse que regula o uso do solo urbano e planeja as linhas norteadoras do desenvolvimento da cidade. Segundo o autor:

O planejamento, com características e rumos bastantes definidos, é instrumento de governabilidade, de *governance* e da própria gestão do território. O planejamento caracteriza-se como um processo constituído de um conjunto de técnicas de origem interdisciplinares. Aplicação à gestão da cidade enquanto atividade de avaliação de propostas e controle territorial, caracteriza-se como planejamento urbano. (SILVA, 2008, p.88)

Essa ideia de Silva está muito ligada ao planejamento estratégico de Estado o autor ainda ressalta que a partir da década de 1980, dois processos de planejamento emergiram no Brasil e no mundo, o Planejamento Estratégico (nasce com a efervescência da globalização, vários locais no mundo o fizeram: São Francisco no EUA, Toronto no Canadá, na Europa Lisboa e Barcelona), e os planos diretores de desenvolvimento.

A Constituição Federal brasileira de 1988, que norteia e regulamenta o planejamento urbano no Brasil, tem no plano diretor um instrumento de regulamentação das atividades com uma característica fundamental de “efetiva participação popular” é o que propõe o Estatuto da Cidade de 2001.

Existe uma grande diferença entre o plano diretor e o planejamento estratégico. Silva (2008, p. 93) afirma que “enquanto o primeiro é um plano para regulamentar a ação, o segundo é, em si, um plano de ação”. Uma característica essencial do plano diretor é a participação, já o planejamento estratégico é a cooperação público-privado.

Souza (2013, p. 123-189) acrescenta que o planejamento urbano pode ser dividido em “planejamento físico territorial-clássico”, “planejamento comunicativo/colaborativo”, “reforma urbana” e por último “planejamento e gestão urbanos críticos vistos a partir de uma perspectiva autonomista”.

Cabe o destaque para alguns modelos de planejamento que vem sendo desenvolvidos no Brasil nos últimos anos tais como o “plano físico territorial” ou *blueprint planning* que é uma versão anglo-saxônica que tem como objetivo principal a “cidade ideal”, elaborando planos de ordenamento espacial. O exemplo que traz Souza (2013) são os projetos regulatórios que apontam em uma escala temporal de dez ou mais anos, um conjunto de diretrizes a serem seguidas pelos gestores no tocante a organização espacial, plano urbanístico e uso e ocupação do solo. Foi esse o modelo implementado pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, planejar as cidades visando os próximos 10 anos.

Surge nessa perspectiva a ideia de Urbanismo modernista, que para Souza (2013, p.125-128) é “resultado de um tentativa de melhorar e adaptar as cidades à era industrial”, então esse processo de modernização da cidade para se encaixar nesse novo contexto urbano mergulha “inteiramente no imaginário capitalista”. Ressalta o autor que o Urbanismo modernista foi um subconjunto do planejamento regulatório, e essa ideia ainda está presente nos planos diretores modernos, principalmente com a faceta de organização (zoneamento) do uso do solo.

O contexto do planejamento no Brasil apresenta-se com uma nova perspectiva a partir da Constituição Federal de 1988, que direcionou dois artigos específicos para as políticas de desenvolvimento urbano (artigo 182) e sua regulamentação na malha urbana (artigo 183). (BRASIL, 1988)

Uma perspectiva para ultrapassarmos essas ideias de “cidade ideal” ou de manutenção do “*status quo*” é o planejamento urbano que é intitulado por Souza (2013, p.178) de “planejamento e gestão autônoma, participativa individual e coletiva”. Pensando numa conquista de autonomia e de gestão, com ganhos graduais, o foco dessa corrente é abranger e proporcionar clareza sobre o fato de que “planejar e gerir uma

cidade não é planejar e gerir apenas ou sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.) mas sim planejar e gerir *relações sociais*”.

Numa perspectiva histórica, retomamos a, 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em Estocolmo, sendo um primeiro passo coletivo apontando as questões ambientais pelo mundo. Em 1992 (ECO 92) a reunião foi realizada na cidade do Rio de Janeiro e foi um grande marco para as questões ambientais e o debate dos parques urbanos na cidade. (GOMES, 2013)

É dentro deste contexto que voltamos nosso olhar para as políticas públicas, mais especificamente aos parques urbanos, essa ideia de área pública nasce para atender as novas demandas sociais da cidade. Cardoso et al. (2015) ressalta que foi decorrente dessa nova vida urbana agitada (caos urbano) que nasceram os parques urbanos no Brasil.

Quando falamos em parques urbanos, ressaltamos o processo de produção e reprodução do espaço urbano, que vem sendo transformado alterando-se os projetos arquitetônicos ao decorrer do tempo e criando novos significados, símbolos e usos. O imaginário, o discurso e a argumentação para criação dos parques urbanos são os mais diversos: qualidade de vida, lazer, natureza, amenizar os efeitos negativos da poluição, do estresse e etc. Nesse conjunto de estratégias Gomes (2013) destaca que:

[...] o capital garante a sua reprodução, de forma mais acelerada, por criar símbolos, ícones, *status* e “necessidades”, como os parques, as praças, o “verde”, o lazer, os condomínios murados, os bairros jardins, e ofertar aos que podem pagar, que são “seduzidos” pelas estratégias de marketing, enquanto os demais lugares parecem aumentar suas carências por não terem tais “símbolos” e/ou equipamentos. (GOMES, 2013, p.17)

Nasce então desse contexto de símbolos e estratégias o que a literatura chama de “cidade ideal, ou em outras palavras a cidade includente e excludente”. Essa noção idealizada passa pela qualidade de vida de seus munícipes, e é nessa premissa que os gestores municipais e planejadores criam os espaços públicos, as áreas verdes, os parques urbanos, projetos estes que visam proporcionar o lazer e a aproximação da sociedade com a “natureza”. (GOMES, 2013)

No contexto urbano contemporâneo Serpa (2014, p.42) afirma que “[...] o parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos, e lugares de diversão, do

entretenimento e da ‘Natureza socializada’”, podemos notar que os parques urbanos públicos estão carregados de significados simbólicos e estéticos.

A literatura destaca ainda que os espaços públicos urbanos no sistema capitalista apresenta-se como mercadoria de consumo, sendo que alguns destes com acesso restrito possibilitando assim certo controle de atendimento de demanda e favorecendo as classes mais abastadas da sociedade. Nesse sentido Loboda (2009) afirma que:

[...] Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais os acessos são diferenciados, ou restritos aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade. (LOBODA, 2009, p. 35)

Loboda (2009) ainda destaca que os espaços públicos e de uso coletivo, não nos garantem efetivamente que estamos num espaço público coletivo ou de uso comum, a segregação social delimita os locais nos quais cada grupo social interage que segundo o autor:

Pode não parecer, *a priori*, mas trata-se de espaços que se distinguem entre si. Por exemplo, um *shopping center*, uma galeria comercial são alguns dos espaços de uso coletivo que paralelamente aos espaços públicos, assumem um suposto estatuto de semi-públicos, mas na verdade são pseudo-públicos. Há de certa forma, uma proliferação de locais dessa natureza em nossas cidades, é claro, que notadamente com ênfase para sua difusão entre as grandes e médias cidades. (LOBODA, 2009, p.34-35)

Serpa (2014) reafirma essas ideias ao destacar que os parques públicos tem por característica ser espaços abertos a população, acessíveis e a disposição de seus usuários, mas não são suficientes para defini-los como públicos:

[...] dos novos parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de ‘territorialização do espaço’. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo dividido entre diferentes grupos. (SERPA, 2014, p.36)

A sociedade capitalista, tem intrínseco e como característica fundamental para reprodução do capital a propriedade privada, Gomes (2013) destaca os parques urbanos no enclave do território urbano como um lugar de interesse privado e público que tem como estratégias e ações, a valorização uma determinada área e conseqüentemente o aumento do lucro do capital privado e mais que isso, o alcance de padrão de vida tido como “ideal”.

Moreira e Silva (2013) reafirmam as colocações desses autores, entendendo que os parques quando são implementados em determinado lugar, tende a autovalorização das construções do seu entorno.

Serpa (2014) ao analisar as cidades de Salvador e Paris, reitera que os discursos oficiais feitos geralmente pelo governo e as mídias colocam sempre as virtudes em ter próximo a sua casa esses empreendimentos que proporcionem atividades aos munícipes. O autor ainda destaca que esses equipamentos urbanos:

Nota-se que essas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas. Elas resultam da intervenção direta dos poderes públicos – em certos casos associados aos empreendedores locais – e produzem transformações profundas do perfil populacional e da funcionalidade dos bairros afetados. (SERPA, 2014, p.41)

Ao analisarmos essa afirmação do autor, notamos a importância dos parques urbanos para a vida dos munícipes, mas chegamos a um impasse, Serpa (2014) ao estudar os parques públicos de Paris-França destacou que o discurso oficial se mostra contraditório, porque ao mesmo tempo que defende a ideia de que o parque proporciona uma vida mais agradável, exclui os habitantes de baixa renda e formação, transformando esses equipamentos públicos e proporcionando o uso para um tipo específico de classe social.

A hipótese central levantada pelo autor é que os novos parques públicos urbanos são elementos que valorizam o espaço urbano, e esses valores são expressões éticas e estéticas, ultrapassando assim os limites espaciais e, porque não, territoriais.

Qualquer que seja a época, esses valores estão presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienização, pacifismo, beleza estética. Essa reunião de valores reforça uma metáfora, ainda hoje pertinente, de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidade. (SERPA, 2014, p.42)

Gomes (2013) acrescenta a essa discussão afirmando que:

Os parques urbanos em muitos casos, constituem uma natureza desvincilhada do natural, uma natureza socializada. Nem sempre significam uma representatividade relevante de natureza, ou melhor, de vegetação. Mas o ícone, imagem da mata, da praça, do parque, a imagem da cidade são transformados em mercadoria pelo modo de produção. Constituem alegorias, simulacros no espaço e no tempo. Representam um tipo de equipamento urbano, pensado, projetado e executado no plano político e econômico, voltando ao discurso da estética urbana e a conservação/preservação da natureza. (GOMES, 2013, p.18)

Essas citações nos remetem aos discursos sobretudo promocionais vinculados aos promotores e incorporadores privados, mas também ao poder público, e aqui cabe destaque, pois o Estado e mais especificamente os gestores municipais estão ou deveriam estar trabalhando para garantir uma melhor qualidade de vida para os munícipes de forma integral o que fazem nos discursos, mas de fato vemos uma aliança entre os governantes e o capital privado.

Sobre essa relação entre o Poder público municipal e o capital privado, os autores destacam que as parcerias são feitas para a criação e manutenção de espaços públicos, direcionando os equipamentos e as verbas para infraestrutura conforme os interesses dos incorporadores imobiliários. (GOMES, 2014, p.20)

Assim, concomitantemente à presença de espaços públicos de excelente qualidade em bairros ditos “nobres” existem, em bairros de periferia pobre, espaços públicos que, em sua maioria, estão desprovidos de qualquer infraestrutura, o que evidencia as relações contraditórias na produção do espaço urbano. (GOMES, 2013, p.20)

Podemos notar uma negligência dos gestores públicos, outra situação destacada pelos autores é quanto ao acesso dos moradores a esses equipamentos públicos, para as classes mais populares de baixa renda, esse acesso faz-se muitas vezes a partir do uso de transporte coletivo, e no caso da falta ou o mal serviço prestado pelos sistemas de transporte coletivo, amplia-se ainda mais a segregação sócio-econômica-espacial da cidade. (SERPA, 2014; GOMES, 2013)

Essa concepção neoliberal de áreas públicas e/ou parque urbanos, vai na contramão da Lei Federal 9.985/00 denominada de Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC), que tem por excelência a preservação das áreas verdes tanto urbano quanto rural e a qualidade de vida de seus cidadãos. (CARDOSO al et., 2015)

Outro assunto bastante discutido é quando a implementação de parques urbanos em regiões periféricas, segundo os autores Moreira e Silva (2013, p. 223-224) “[...] não sofrem com a supervalorização imobiliária de seu entorno, mas também não recebem o mesmo tratamento e não possuem a mesma infraestrutura que os parques situados em regiões nobres.”

Para concretizar essa ideia destacamos a contribuição de Gomes (2013, p. 94) ao afirmar que os parques urbanos deveriam ser equipamentos de uso coletivo e que a sociedade poderia utilizá-lo como um todo. Para o autor isso não acontece devido a vários fatores “[...] Seja porque a localização não propicia o acesso da maioria da população, seja porque é um simulacro de espaços públicos, seja ainda porque é utilizado como um fator de valorização imobiliária.”

Segundo o autor os parques urbanos podem ser ainda considerados “monumentos que glorificam a natureza, expressão de políticas públicas e de fluxos de investimentos de capital.” São utilizados também pelos gestores para expressar suas capacidades de gerir uma cidade juntamente com as estratégias que segundo Gomes (re)orientam a produção do/no espaço urbano. (GOMES, 2013, p.19)

Com base nos autores estudados fica evidente que a criação, manutenção e revitalização dos parques urbanos são motivadas por diferentes intenções, seja para atender o capital privado com a valorização imobiliária e consequente especulação imobiliária, seja com intenções de interesses de popularização de uma política partidária e não como uma resposta a uma demanda social da população que visa garantir uma melhor qualidade de vida de seus munícipes.

Para arrematar as colocações feitas até então é necessário recolocarmos alguns assuntos, primeiro os parques urbanos públicos são essenciais, pois garantem de forma material (o espaço produzido e o território ocupado) um local que proporciona o lazer e o esporte, por exemplo, e concomitantemente um local de convivência e sociabilidade. Outra questão é referente a imaterialidade do parque urbano público, o *status*, o imaginário e o simbólico de morar e poder usufruir de equipamentos que proporcionam uma sociabilidade mais privilegiada.

2 **Catalão e seus parques:** formação, desenvolvimento e políticas públicas

Geograficamente o município de Catalão, pertencente ao estado de Goiás, está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, dentro da mesorregião sul goiano, especificamente na microrregião do sudeste goiano que é constituída por onze municípios.

Os municípios que constituem o sudeste goiano são Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbáiba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em consenso com autores da geografia goiana, Catalão é considerado o principal município desta região devida a sua influência econômica temos como destaque as empresas nacionais e multinacionais como Mitsubishi Motors Company do Brasil (MMC) e John Deere e administrativa por ser a sede regional de vários bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, do 18º Batalhão da Polícia Militar de Goiás e o 10 Batalhão de Bombeiro Militar de Catalão. (Mapa 2)

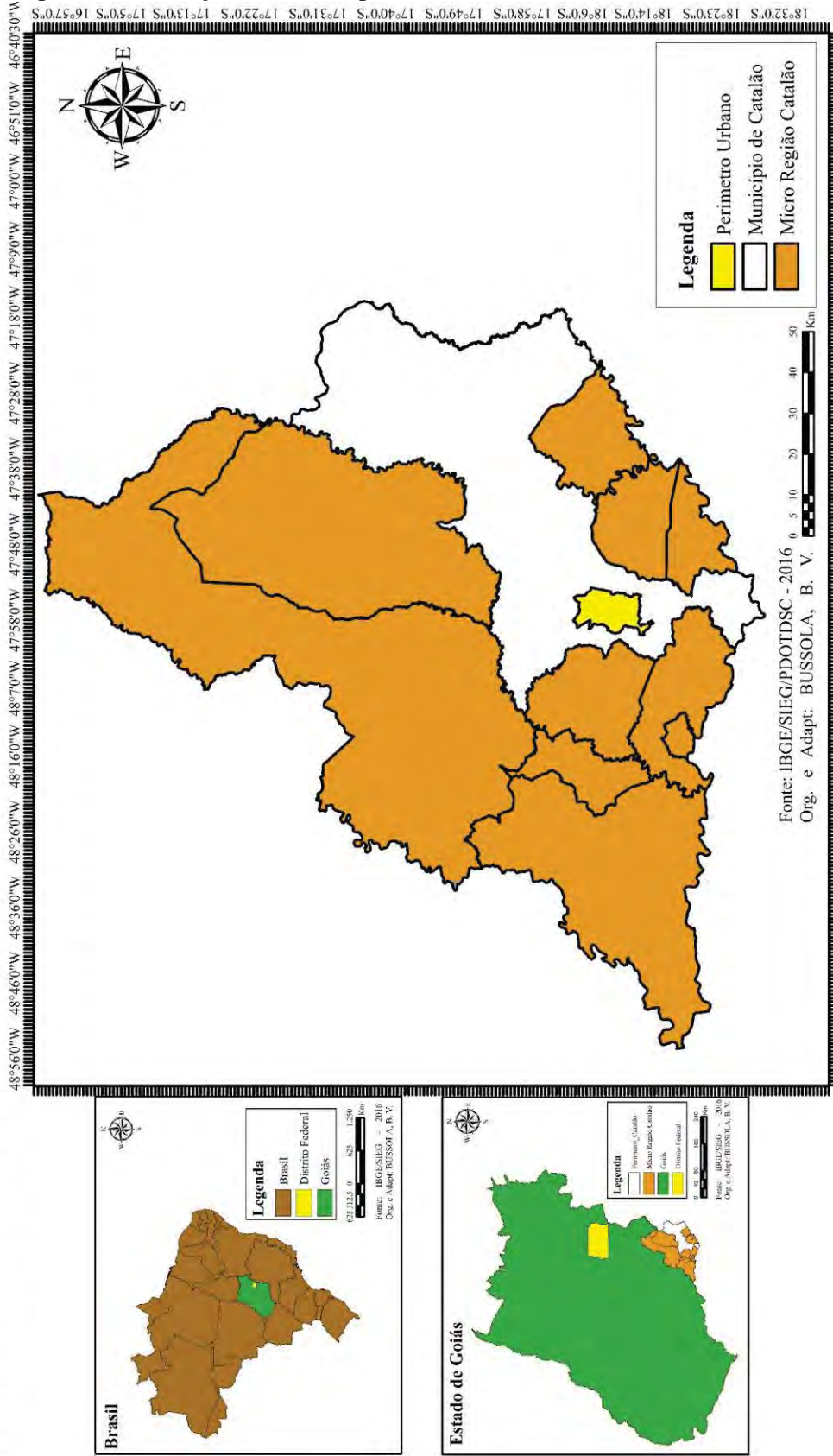
A Geografia física do município compreende uma área total de 3.821,463km², e uma população estimada de 102.393 habitantes segundo o IBGE 2017, as principais rodovias que cortam Catalão é a GO-330 liga a cidade a capital do estado Goiânia (250km), a BR-050 que dá acesso a capital federal Brasília (300km) e ao principal polo industrial e comercial do Brasil, São Paulo (750km), como podemos observar no mapa do município de Catalão. (Mapa 3)

O sitio urbano está localizado nas margens do ribeirão Pirapitinga, que é um afluente do rio Paranaíba, uma altitude que vai de 800 metros (no vale) e 900 metros (no morro do São João e Três Cruzes) acima do nível do mar. Já o clima se enquadra no tropical de altitude, com duas estações bem definidas uma seca que vai de maio a setembro e outra chuvosa de outubro a abril, com uma pluviosidade média de 1.500mm.

O município Catalão tem ainda dois distritos, Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo, ambos ficam na região conhecida como chapada, uma área plana e propícia para o plantio.

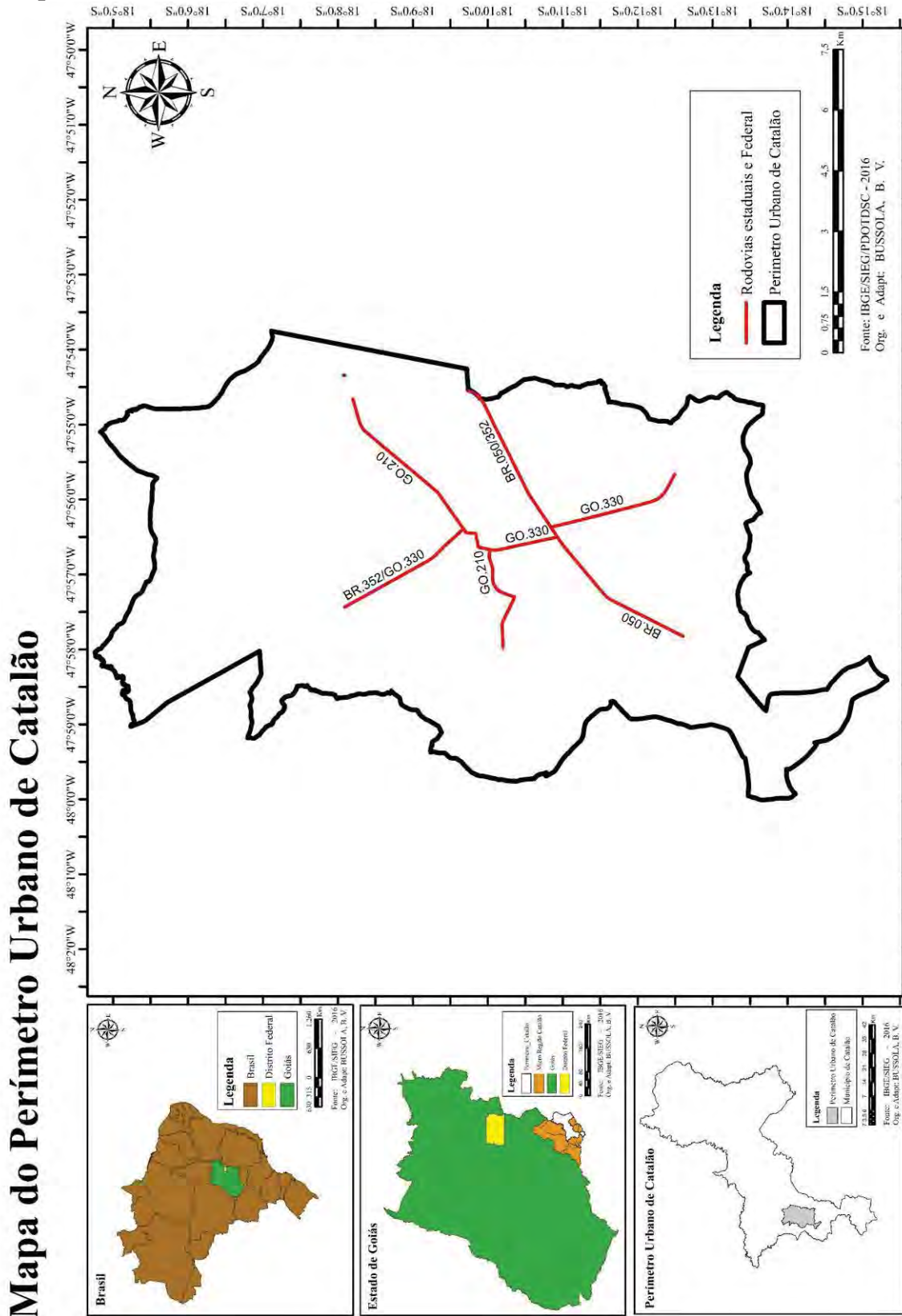
Mapa 1 – Mapa de Localização do Município de Catalão

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO



Fonte: IBGE/SIEG-2016. Org. e Adapt. BUSSOLA, B.V.

Mapa 2 – Perímetro urbano da cidade de Catalão



Fonte: IBGE/SIEG-2016. Org. e Adapt. BUSSOLA, B. V.

Para compreender as transformações geoeconômicas de Catalão, Silva (2002), Bueno (2007) e Tristão (2011) destacam três momentos que são marcos na história do desenvolvimento econômico e social da cidade de Catalão.

O primeiro momento destacado pelos autores é a chegada da ferrovia por volta de 1912 e 1913, que marca todo um dinamismo local e regional, ligando a cidade de Catalão as regiões mais desenvolvidas como Sul e Sudeste do país.

O segundo marco decorre da década de 1960, que tem como ponto principal a construção da BR-050 que teve por finalidade ligar a nova Capital Federal Brasília a região sudeste do país, este processo possibilitou uma dinâmica territorial do município, trazendo então a “prosperidade”, conforme ressaltado nas narrativas de memorialistas catalanos como, por exemplo, de Maria das Dores Campos ao mencionar a influência determinante do então deputado federal Wagner Estelita Campos e o seu empenho ao incluir Catalão no Plano Rodoviário Nacional. Nas palavras do próprio Estelita em carta a Mariazinha (1985, p.95):

[...] não posso abdicar de minha exclusiva responsabilidade na escola de Catalão na Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, na construção da ponte sobre o rio Paranaíba e na iniciativa do projeto, transformado em lei, que inclui a ligação Brasília-São Paulo no Plano Rodoviário Nacional. Orgulho-me de, como catalano, haver conseguido para nossa terra os maiores benefícios que ela até hoje obteve. (CAMPOS, 1985, p.95)

Como consequência do que foi considerado a época uma “redenção econômica” para a cidade de Catalão e região (CAMPOS, 1985, p.95), ocorreram posteriormente a implementação da mineração na década de 1970 e ainda a criação do Distrito Industrial nos anos de 1980.

Decorrente desse contexto de expansão do capital industrial, temos o advento da “Cameco” (hoje John Deere) e da Mitsubishi Motors Corporation do Brasil (MMC), na década de 1990, que trouxeram um crescimento econômico significativo e como consequência uma expansão do perímetro e da malha urbana, com a criação de dezenas de loteamentos.

2.1 Catalão: evolução da ocupação do sítio urbano e das intervenções ocorridas

A obra “Catalão de ontem e hoje” do escritor catalano Cornélio Ramos (1984) é uma referência quando o assunto é a história da cidade. Um tema sempre abordado tanto por este como por outros autores que narram sobre as origens da cidade e que apresenta controvérsias diz respeito ao fundador.

Vários nomes são citados por Cornélio Ramos como sendo o fundador de Catalão dentre eles Frei Antônio da Conceição e João Leite da Silva Hortiz. O autor ainda afirma que “O senador Domingos Neto de Velasco, chega sugerir o nome do chefe do clã dos Roriz, hoje com grande ramificação em Luziânia, como fundador de nossas terras”. (RAMOS, 1984. p.21)

O que comumente encontramos nos livros dos memorialistas sobre a história de Catalão é que, em meados de 1722 e 1723, Bartolomeu Bueno da Silva (filho) em sua comitiva para desbravar o interior do Brasil, saiu de São Paulo a caminho dos índios “Guayazes”, a comitiva era formada segundo Campos (1976) por 152 homens armados, 39 cavaleiros, 20 índios e religiosos que cruzaram o Rio Paranaíba (Meia Ponte) e fizeram pouso onde hoje conhecemos como Córrego do Almoço. Durante essa primeira investida Bartolomeu deixou um marco, a conhecida cruz do “Anhanguera”.

A tradição catalana todavia nos assegura que o fundador da cidade veio na comitiva de Bartolomeu, um espanhol, ou melhor, descendente de espanhol de origem catalã (Catalunha – Espanha) mais conhecido como o “CATALÃO”, que após atravessar o rio Paranaíba fixou a “bandeira” as margens do Córrego do Almoço e ficou com outros colegas de companhia inclusive frei Antônio. (Ramos, 1984. p.21)

O que cabe destaque nessa história contada é que, apesar das controvérsias, a cidade de Catalão tem seu surgimento as margens do Córrego do Almoço, nas proximidades do Ribeirão Pirapitinga, sobre esse fato todos os historiadores e escritores catalanos não discordam. Destacamos que esta é uma característica comum encontrada na história de outras cidades do Brasil, o surgimento do povoamento nas proximidades de córregos d’água, no caso de Catalão especificamente Campos (1976, p. 36) afirma que:

“As primeiras casas foram construídas na antiga rua Pedro Monteiro, hoje Rua da Grotta, local assim chamado desde remotos tempos, que fica entre o córrego do almoço e o regato que corre dentro de uma grotta e vai cair na margem esquerda do Pirapitinga. [...] Em mistura com os ranchos de capim, começam construir no bairro da grotta, casinhas de pequenas e rústicas, feitas de taipas ou adobe, a estilo

português, entre o ribeirão Pirapitinga, a Grotta e o córrego do almoço.” (CAMPOS, 1976, p.36)

Ramos (1984, p.32) reafirma as colocações da autora destacando que “Nas proximidades do Córrego do Almoço, fundaram uma estalagem, para servir no futuro de ponto de referência e abastecimento aos viajores que trafegassem entre São Paulo e Goiás”.

Democh (2008) aos descrever os primeiros habitantes da nossa região destaca:

[...] Os paulistas ‘goianos’ tinham o mínimo para viver, com suas famílias sempre numerosas, casas grandes e construídas com muita madeira, próximas a uma boa aguada. As povoações surgiram sempre próximas as nascentes de água, córregos e ribeirões. No sítio dos Cansados, não foi diferente; consta que por aqui havia mais de 100 nascentes ou olhos d’água. (DEMOCH, 2008. p. 25)

Tivemos outros casos desse tipo de ocupação em todo o país, São Paulo é um exemplo dessa ocupação urbana as margens do rios, fundada em 1554 e assentada na bacia hidrográfica do rio Tietê e seus afluentes, Pinheiros, Aricanduva e Tamanduateí.

Nessa relação entre rios e cidades Fioravanti (2013) destaca que, até o início do século XX, o rio Tietê na cidade de São Paulo, tinha uma função destinada ao lazer e a diversão dos paulistanos, que aproveitavam o Tietê para nadar, pescar e passear de barco, havendo ainda clubes, restaurantes e áreas para recreação no seu entorno.

No início da ocupação urbana de Catalão podemos perceber essa relação, os rios eram de extrema necessidade para sobrevivência, por isso o fato de haver instalações nas proximidades. A quantidade de nascentes e corpos d’água, como foi relatado anteriormente, foram fatores preponderantes para as ocupações da nossa região serem nas proximidades do Ribeirão Pirapitinga.

Até meados do século XX, as pessoas necessitavam de recurso como água nas proximidades de suas casas, foi somente com os sistemas de distribuição e abastecimento de água encanada, que as sociedades passaram a ter novas relações com os recursos naturais.

Ao analisarmos as ocupações urbanas na cidade de São Paulo e Catalão nos deparamos com várias semelhanças, não esquecendo de guardar as devidas proporções, ambas são cortadas por um curso d’água, no caso paulista o Tietê (São Paulo) e no caso catalano o Pirapitinga (Catalão).

Durante várias décadas os geógrafos chamam a atenção para relação homem X meio, e para o fato de que as concepções de natureza estão passando por profundas transformações, os seres humanos vem modificando a natureza, para os mais diversos fins. Podemos observar essas transformações na cidade de Catalão na segunda metade do século XX.

A canalização de parte do córrego Pirapitinga é um exemplo desse processo de adequação radical do curso d'água, suas várzeas e seu curso foram modificados, esse processo de requalificação urbana, transformou as relações que os catalanos tinham com o Pirapitinga e com a natureza.

Oliveira et al (2005) em um estudo realizado após a canalização do Pirapitinga destacou:

Na canalização do Ribeirão Pirapitinga foram utilizados os dados dos índices pluviométricos e também foi levado em consideração o nível de infiltração da água. Com a expansão da cidade rumo à cabeceira do Ribeirão, aumentou o escoamento da água, pois com a pavimentação asfáltica diminuiu a permeabilidade do solo. Esse fator aumentou os riscos de enchentes, uma vez que existe hoje um nível maior de escoamento da água do que quando os cálculos de vazão foram realizados. Ao longo das margens do Ribeirão Pirapitinga são visíveis vários problemas ambientais decorrentes da expansão urbana. (OLIVEIRA et. al, 2005, p. 10812)

A expansão urbana em direção a cabeceira do Pirapitinga, a pavimentação asfáltica que diminui consideravelmente a permeabilidade do solo, o desvio do curso original do rio e principalmente a canalização são causas de grandes problemas para a população nos dias atuais.

Foto 1 – Catalão inundada



Fonte: <http://oquetodomundoquerfalar.blogspot.com.br/2013/03/catalaoinundada.html>. Data de acesso 25/07/2017

Diversos estudos e pesquisas realizados pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão em particular do Instituto de Geografia, já vinham alertando há algum tempo sobre possíveis consequências negativas da canalização do Ribeirão Pirapitinga e da ocupação de suas nascentes. Estes alertas foram ignorados o que conseqüentemente resultou em problemas como inundação das margens canalizada da Av. Raulina Fonseca Paschoal no ano de 2013 (Foto 1) e nos anos subsequentes.

Os referidos estudos e pesquisas também foram negligenciados para a elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável de Catalão (2016-2026), pois foram propostas outras intervenções na cabeceira do Ribeirão Pirapitinga, como ampliação do Complexo Ecológico Ambiental de Catalão. Mas, como a ampliação de um Complexo Ecológico Ambiental pode ser um problema para a cidade? Nos dedicaremos ao esclarecimento desta questão nos tópicos a seguir.

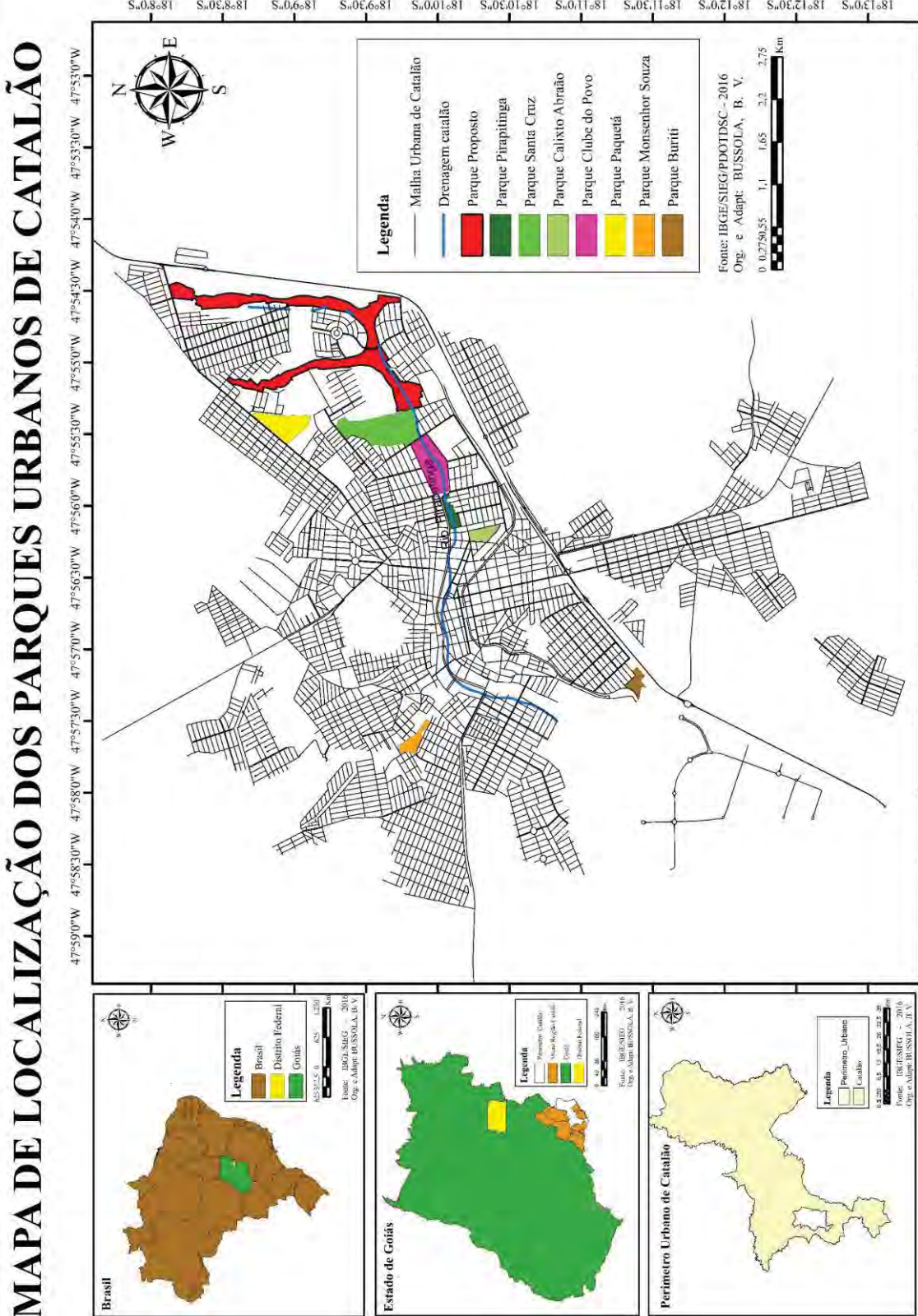
2.2 Formação e evolução dos parques urbanos de Catalão

Os parques urbanos estão distribuídos na malha urbana de Catalão da seguinte maneira, o primeiro complexo criado foi o “Clube do Povo” (destacado em rosa no mapa) e a partir desta centralidade houve uma tendência de se manter esse padrão na criação dos demais parques Santa Cruz, Pirapitinga, Paquetá e Calixto Abraão, com exceção dos parques Monsenhor Souza e Veredas do Buriti que estão distantes deste complexo de parques, localizados próximos a bairros periféricos de Catalão. (Mapa 4)

O plano diretor de Catalão aprovado em 2016, propõe uma ampliação desse complexo, denominado na lei como “Parque Proposto”, a intenção é fazer do Pirapitinga um grande parque linear em Catalão, utilizando de suas nascentes e do próprio curso d’água.

A fim de compreender melhor essa realidade de Catalão, vamos abordar cada parque especificamente, como se deu sua criação e como se encontram atualmente em relação a infraestrutura.

Mapa 3: Distribuição dos parques na malha urbana de Catalão



Fonte: IBGE/SIEG-2017. Org. e Adapt. BUSSOLA, B.V

2.2.1 Parque “Complexo Recreativo Clube do Povo”

O Complexo Recreativo Clube do Povo foi o primeiro parque urbano de Catalão¹, criado na década de 1980 pelo prefeito Harley Margon Vaz, o espaço é conhecido comumente pelos moradores locais como “Represa do Haley”. Conforme Marçal (2012, p.58) o prefeito Haley Margon buscou inspiração para construir o Clube do Povo no Parque do Ibirapuera de São Paulo. Guardadas as devidas proporções entre uma grande metrópole como São Paulo e uma média cidade como Catalão², o Parque Clube do Povo assim como o Ibirapuera, teria como finalidade principal ser uma área pública, onde os munícipes poderiam desfrutar de práticas esportivas e um grande área de lazer.

O Clube do Povo é subdividido em duas áreas, uma interna onde se encontra hoje a Secretaria de Esporte e Lazer, que conta também com quadras cobertas, campo de futebol, piscina, pista de atletismo, academia de musculação e uma sala de lutas, além de projetos com várias opções de atividades físicas e modalidades esportivas, e uma área externa que compreende uma represa e seu entorno (com equipamentos de um social e coletivo) como podemos observar nas imagens a seguir. (Fotos 2,3,4,5).

Destacamos que o Clube do Povo, tanto nas suas dependências internas como externas apresenta um intenso fluxo de pessoas no período da tarde e também pela manhã nos dias de semana e já nos finais de semana o movimento acontece durante todo o dia. Marçal (2012) se dedicou a conhecer o perfil dos frequentadores e os tipos de atividades realizadas no Clube do Povo.

¹ Ressaltamos que do ponto de vista da legislação o Complexo Recreativo Clube do Povo de Catalão não é considerado como um parque urbano. Mas, conforme os autores estudados (SERPA, 2014; GOMES, 2013; LOBODA, 2009), podemos afirmar que o Complexo apresenta características que nos permitem denominá-lo como tal.

² Como bem lembra Sposito (2006, 2010) uma das características para definirmos Catalão como uma cidade média são as funções que ela desempenha na rede urbana, local, regional e global. Sposito ainda ressalta que os critérios demográficos não é o elemento exclusivo para se reconhecer uma cidade como média. O autor destaca que as cidades médias “[...] são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional como primeiro nível da análise, pois como já destacamos, existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos.” Neste sentido Catalão pode ser considerada uma cidade média por sua influência regional industrial, econômica e administrativa, se tornando um elo entre as grandes metrópoles Goiânia, Brasília e São Paulo.

Foto 2: Represa Clube do Povo



Fonte: CORREIA, Giovani, 2017

Foto 3: Pista de caminhada C.P. noturno



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

O que mais se destaca nesse Complexo é o conjunto da paisagem: o espelho d'água, a pista de caminhada, juntamente com a ciclovia, as quadras de areia e a pista de skate, que “embelezam” a cidade. Como um “cartão postal” de Catalão essa paisagem é

utilizada como um *outdoor*, ou seja, uma propaganda que coloca a cidade entre as principais cidades o estado quando o assunto é “qualidade de vida”.

Foto 4: Pista de skate C.P.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foto 5: Quadras de areia C.P.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Alguns espaços como o Morro do São João ou Clube do Povo, passaram por processos de transformação, agregado a isso de revitalização e/ou requalificação se fomentou uma intensa valorização simbólica e monetária do entorno, por exemplo, do Clube do Povo, como destaca Marçal (2012, p.70) *apud* Arantes (2011, p.33) destaca que “a requalificação do Clube do Povo, representa na verdade, uma ‘estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumento mais aparatosos’”. A autora ainda afirma que:

Convém aqui também acrescentar que o capítulo quatro do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão (PDDUA), o qual dispõe sobre a estrutura urbana da cidade, propõe para a área em estudo a implementação de um plano de revitalização, com vistas, a melhorar a qualidade de vida da população residente da cidade e usuária do clube. Porém, ao objetivar a melhoria da qualidade de vida para a população residente, a preocupação do poder público é com a população residente próximo ao complexo e não com a população de toda a cidade. (MARÇAL, 2012, p.105)

O apelo paisagístico que o Clube do Povo tem, juntamente com as luxuosas residências que se inserem ao contexto local, deixa evidente que o espaço que é público fora pensado para ocupação de munícipes com elevado poder aquisitivo, como podemos observar os imóveis grandiosos e suntuosos que circundam os bairros Setor Lago das Mansões, Santa Cruz e Santa Helena.

Um segundo processo de revitalização aconteceu no mandato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na gestão 2013-2016, foram acrescentadas a área do parque luminárias de *LED* em torno de toda a pista de caminhada (retomamos a Foto 3), e a demarcação da ciclovia (projeto defendido por professores e alunos da Universidade Federal de Goiás), esse procedimento também ocorreu em outros parques da cidade que iremos discutir posteriormente.

2.2.2 Parque Calixto Abraão

O Parque Calixto Abraão foi criado no mesmo período da revitalização do Complexo Clube do Povo no início dos anos 2000, como projeto de requalificação dos espaços urbano da cidade de Catalão.

Foto 6: Parque Calixto Abraão



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Vale aqui frisar que esse projeto de revitalização aconteceu em algumas áreas específicas da cidade, como o fundo de vale do Ribeirão Pirapitinga que corta a cidade de Catalão, algumas nascentes como a do parque Calixto Abraão foram destinadas a equipamento público de lazer, esporte e recreação, sua construção era garantida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão (PDDSUAC, 2004).

O parque encontra-se situado nas proximidades do Centro e do bairro Lago das Mansões, que como o próprio nome já diz “mansões” e com elas uma classe abastada da sociedade catalana, deixando mais uma vez evidente a clara intenção de para quem deveria ser destinado o parque, adentrando num outro processo que é de valorização imobiliária.

A área que compreende o parque era um terreno alagado (brejo), uma das nascentes do ribeirão Pirapitinga, que foi revitalizado e represado, hoje compreende uma estrutura bem diversificada, com pista de caminhada, ciclovia, academia ao ar livre e uma pequena represa. (Fotos 6,7)

Foto 7: Academia ao ar livre parque Calixto Abraão.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

O parque Calixto Abraão tem uma localização privilegiada na malha urbana de Catalão, já que liga um setor de alto padrão ao centro da cidade por meio de uma das principais avenidas que é a Vinte de Agosto. O espaço conta com um fluxo intenso de pessoas aos finais de semana durante o dia, já que a iluminação no período noturno não é tão favorável como em outros parques.

2.2.3 Parque Pirapitinga

Durante o processo de canalização e revitalização do ribeirão Pirapitinga, foram construídas pistas de caminhada no seu entorno desde a represa Clube do Povo até onde é hoje o Terminal Coletivo Transduarte (final da avenida Raulina Fonseca Paschoal). No ano de 2014 foi construído paralelo ao ribeirão uma pista de caminhada, com iluminação de *LED*, com aproximadamente 1 quilômetro de extensão, a qual o nome foi dado o nome de “Parque Pirapitinga” como podemos observar na imagem a seguir.

Duas questões nos chamam a atenção, os novos empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos nas proximidades do parque e o fato de ainda haver uma pequena circulação de pessoas. A primeira vista o parque pode parecer um investimento prescindível, mas sabemos que o retorno poderá se dar a médio e longo prazo.

Foto 8: Parque Pirapitinga.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

2.2.4 Parque Natural Municipal Santa Cruz

A Mata do Setor, como é conhecida na cidade, hoje compreende o Parque Natural Municipal Santa Cruz (ainda inacabado), este empreendimento foi realizado pela última gestão (2013-2016), as obras tiveram início em abril de 2014 e teve como intuito a revitalização e/ou requalificação de uma área que vinha passando por um processo de degradação ambiental nas últimas décadas. (Foto 9)

O parque Santa Cruz tem uma pequena circulação de pessoas, devido a proximidade como o “Clube do Povo, que tem uma atração maior devido seus equipamentos já citados acima.

O projeto de requalificação proposto pelo ex. Secretário de Meio Ambiente de Catalão (no mandato 2013-2016) passa por duas etapas a primeira localizada norte/oeste da mata e teve como primeiro passo a retirada de algumas árvores do entorno da mata para construção de uma pista de caminhada e da ciclovia.

Foto 9: Parque Santa Cruz

Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foram feitos ainda a instalação da iluminação de *LED* e a construção de um sistema de drenagem de água pluvial, por fim a recuperação do campo de futebol, da academia ao ar livre. Do que foi proposto ainda não foram concluídos os projetos de parque infantil, banheiros e vestiários, além de bancos, pergolados e bebedouro. (Figura 4)

Segundo a lei do Plano Diretor de Catalão (2004) no artigo 68 assegura a criação de novos espaços de cultura, esporte e lazer, “aproveitando as margens do ribeirão Pirapitinga com a requalificação, revalorização e dinamização da área da represa e de seu entorno”. Perante a lei municipal a proposta de revitalização está assegurada.

Não podemos deixar de destacar que um equipamento de lazer como um parque tão próximo a outro torna-se um investimento público que não terá um retorno ou eficiência social como desejado. Ao analisarmos os parques Clube do Povo sendo o local mais frequentado a décadas em Catalão e o Santa Cruz construído recentemente e que apresenta um uso consideravelmente inferior aos padrões de uso de uma equipamento público.

A primeira etapa foi realizada como podemos observar nas fotografias a seguir, já a segunda etapa desse projeto de revitalização que ainda contempla obras tanto

interna (trilha pela mata) quanto externa (finalização da pista de caminhada, ciclovia e demais equipamentos) ainda não foram realizadas.

Figura 4: Proposta de revitalização da Mata do Setor Universitário



Fonte: <http://oquetodomundoquerfalar.blogspot.com.br/2014/04/esclarecimentos-sobre-o-projeto-de.html>. Data de acesso 20 de julho de 2017.

A segunda etapa do projeto de revitalização da “Mata do Setor” ou agora Parque Natural Municipal Santa Cruz, está nas proximidades do loteamento e condomínio “Campo Bello”. Esta área ainda compreende a futura Faculdade de Medicina, no Campus II da UFG/Regional Catalão. Quanto aos usos dos equipamentos do parque

Santa Cruz consideramos que, assim como o parque Pirapitinga, o fato de apresentar uma circulação mínima de pessoas, configura a área mais como um processo de requalificação imobiliária do que propriamente como um investimento numa política pública de lazer.

Foto 10: Pista de Caminhada do Parque Santa Cruz



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foto 11: Iluminação de *LED* no Parque Santa Cruz.

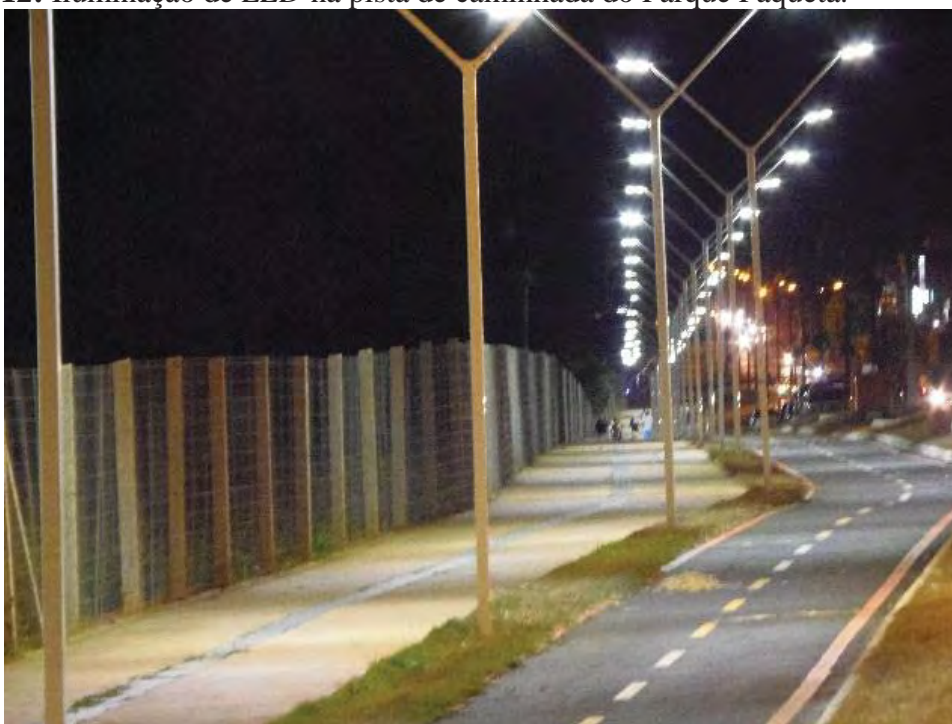


Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

2.2.5 Complexo Ecológico Municipal Maria Pires Perillo “Parque Paquetá”

O Complexo recebeu esse nome em homenagem a mãe do atual governador do estado de Goiás Marconi Ferreira Perillo Junior, o Parque Paquetá foi construído no entorno do antigo IBAMA, onde hoje encontra-se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC). Como característica comum em alguns dos outros parques de Catalão, foram construídos uma pista de caminhada com iluminação de *LED*, uma ciclovia e uma academia ao ar livre.

Foto 12: Iluminação de *LED* na pista de caminhada do Parque Paquetá.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

O parque Paquetá completa o que as autoridades locais chamam de “Corredor Ecológico” ou “Complexo Ecológico de Catalão”, planejado para conservação e urbanização das áreas verdes de Catalão, como foi divulgado nos principais jornais da região e do estado, dos quais podemos destacar a notícia publicada em *site* oficial do Governo de Goiás:

Figura 5: Governo anuncia melhoria na infraestrutura urbana de Catalão

Portal notícia - <http://www.goiasagora.go.gov.br/governo-anuncia-melhorias-na-infraestrutura-urbana-de-catalao/>

Cidade, publicado em 26/02/2016 às 11:16

Governo anuncia melhorias na infraestrutura urbana de Catalão

Ao participar na noite de quinta-feira, dia 25, da inauguração do Complexo Ecológico Maria Pires Perillo, em Catalão, o governador anunciou a liberação de R\$ 3 milhões para serem investidos em recapeamento asfáltico das vias urbanas; e também de R\$ 3,5 milhões para a reforma do Ginásio Internacional Dimas Gomes Pires.

Está em andamento um processo de transferência da posse do ginásio – que passará do Estado para a Prefeitura, que será responsável pela aplicação do dinheiro. De acordo com Marconi Perillo, na semana que vem será finalizada a escritura.

Complexo ecológico

Com investimentos de R\$ 950 mil da Prefeitura de Catalão, o parque Maria Pires Perillo faz parte de um projeto de conservação e urbanização das áreas verdes de Catalão que inclui o Parque Pirapitinga, Represa do Clube do Povo, e o Parque Natural do Setor Santa Cruz. O local possui 1.194 metros de pista de caminhada, ciclovia, iluminação em led, arborização, estacionamento e academia ao ar livre.

O nome do parque homenageia a mãe do governador, por meio de projeto aprovado pela Câmara Municipal da cidade. Trata-se de uma deferência à família Perillo, nas palavras do prefeito Jardel Sebba. “Estamos fazendo uma homenagem à família do senhor governador, através de dona Maria Pires Perillo, de quem fui amigo, antes de ela falecer em 2012”, enfatizou.

Marconi chegou a Catalão já no início da noite e percorreu toda a extensão do parque, antes da inauguração. Gostou do que viu. “É uma obra de muita qualidade, uma obra muito importante para o lazer, para a cultura do povo de Catalão”, elogiou. “Uma obra que embeleza a cidade, que a qualifica”, completou. Emocionado com a homenagem, disse que sua mãe foi uma mulher muito batalhadora, que ensinou aos filhos bons princípios e valores dignos. “Uma mulher de personalidade muito forte, mas muito humilde, muito simples”, agradeceu.

O governador visitou também a Unidade de Pronto Atendimento de Catalão (UPA 24 Horas), que está concluída e deve começar a funcionar em abril. O hospital foi construído com recursos da prefeitura, em parceria com o governo federal.

Fonte: <http://www.goiasagora.go.gov.br/governo-anuncia-melhorias-na-infraestrutura-urbana-de-catalao/>. Data de acesso 21 de julho de 2017.

Em reportagem realizada por um dos portais de comunicação do Estado de Goiás, a requalificação do Complexo Ecológico Maria Pires Perillo “Parque Paquetá” é destaca pelo próprio governador ao afirmar que a obra “embeleza” a cidade. Esse discurso político-midiático fomenta um imaginário local, a ideia de que os Parques tornam-se ponto de referência, qualificando a cidade e aumentando a autoestima dos catalanos.

Foto 13: Condomínios residenciais próximos ao Parque Paquetá.



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Contudo, ressaltamos as colocações da autora Marçal (2012) ao defender que esses empreendimentos deveriam ter como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes de Catalão, mas, na verdade a preocupação do Poder Público é com a população que reside próximo a esses parques.

Podemos afirmar que isto se aplica a situação dos parques Paquetá, Clube do Povo, Santa Cruz, Calixto Abraão, Pirapitinga, que estão localizado próximos a condomínios (Paquetá, Buritis, Campo Bello) e bairros de elevado poder aquisitivo (Lago da Mansões, Santa Cruz e Santa Helena I e II).

2.2.6 Complexo Ecológico Anísio de Oliveira Gomides “Vereda do Buritis” e Complexo Ecológico Francisco Cassiano Martins “Parque Monsenhor Souza”

O Complexo Ecológico Francisco Cassiano Martins mais conhecido como Monsenhor Souza nome dado ao bairro popular, foi idealizado pelo poder público no início dos anos 2000. O parque é um dos poucos que apresenta lei de criação disponível e acessível ao público. Na lei 2.204 de julho de 2004, no artigo 2º destaca que “A área

onde localiza-se as construções indenizadas por esta lei, será destinada a composição e área a ser atingida pelo lago do bairro Monsenhor Souza, nesta cidade.”

O parque Monsenhor Souza é composto por três represas, rodeadas por pista de caminhada e uma área de lazer com academia ao ar livre e parque infantil, sendo este um dos poucos espaços na periferia catalana que conta com essa infraestrutura.

Foto 14: Parque Monsenhor Souza.



Fonte: CORREIA, Giovani, 2017

Segundo Marçal (2012, p.52) esses espaços “expressam minimamente alguns exemplos de territórios criados a partir do aparelho estatal do município de Catalão, com seu aparato político-ideológico”. Ambos parques Monsenhor Souza e Vereda dos Buritis, tem grande influência de uma corrente política chamada de “populismo”³, que tem como princípios, conquistar a confiança das classes menos desfavorecidas da sociedade, baseando-se num discurso simples e direto, um exemplo, é a construção dos parques urbanos em regiões periféricas, que são realizados pelos gestores para obter a confiança das classes mais desfavorecidas.

³ O conceito de “populismo” é muito amplo na ciência que tem por finalidade estudar a sociedade, Gomes (1996, p. 34) destaca que este termo está vinculado diretamente com as políticas partidárias de massa e que tem uma vinculação direta ao proletariado ao trabalhadora. A autora destaca que “[...] em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.” Para conquistar o apoio das massas são criados equipamentos públicos em áreas periféricas, escolas, postos de saúde, praças e parques. Os grandes líderes políticos brasileiros desde Getúlio Vargas, a Juscelino Kubitschek, a Luiz Inácio Lula da Silva, foram os porta vozes desse fenômeno populistas.

Considerando as colocações da autora Marçal (2012), podemos destacar outra área que foi criada a partir dessa concepção político-ideológica, o parque Ecológico Anísio de Oliveira Gomides, no bairro Vereda dos Buritis.

O parque Vereda dos Buritis foi construído numa nascente que faz parte da história de Catalão, O córrego do Almoço foi o local dos primeiros assentamento de bandeirantes na Região de Catalão. Uma área que sofreu intervenções de infraestrutura e que hoje apresenta uma pista de caminhada, academia ao ar livre, quadra de areia e um espaço destinado ao lazer. (Foto 15)

Foto 15: Parque Vereda dos Buritis.

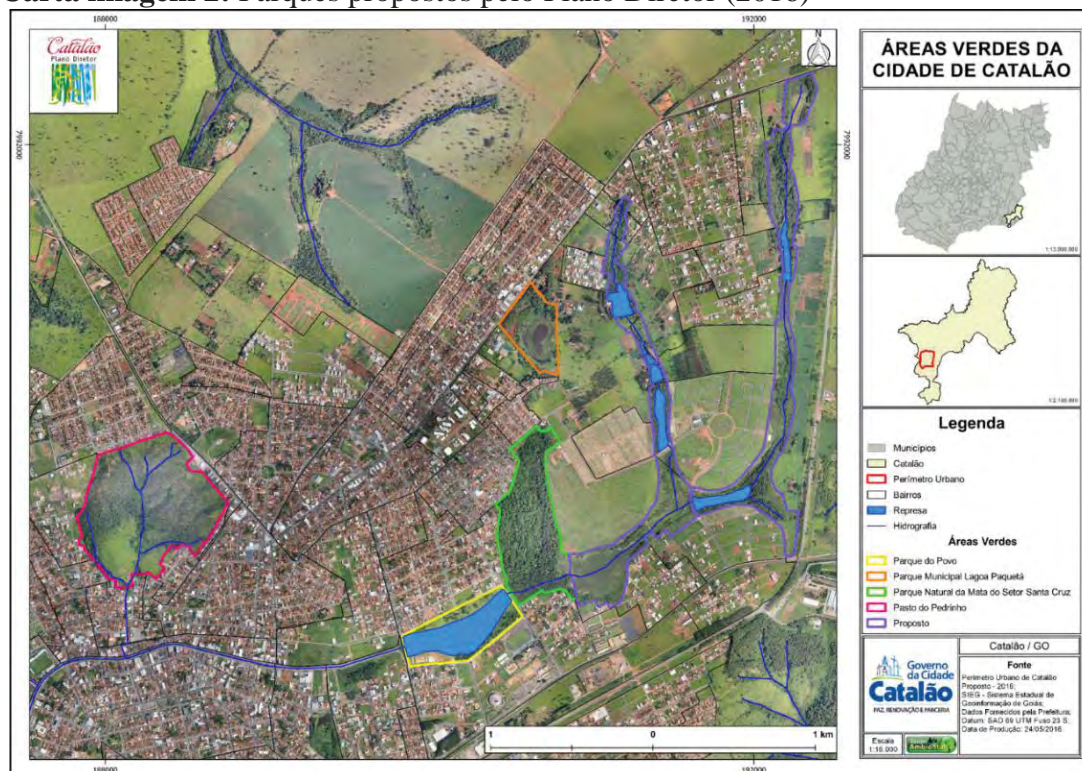


Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Ambos espaços vem sofrendo com o descaso do Poder político local, diferente do “corredor ecológico” que fica próximo aos bairros de alto poder aquisitivo. Os Parques Vereda dos Buritis e Monsenhor Souza, estão na periferia, próximos a bairros e conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Como podemos perceber na Carta Imagem 2, a seguir, que foi aprovado no Plano Diretor Municipal em 2016, os parques Veredas do Buriti e Monsenhor Souza são ignorados, ficando claro assim uma tendência nos investimentos para equipamentos que tem como características o lazer, o esporte e a recreação, localizados no circuito do “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”.

Carta imagem 2: Parques propostos pelo Plano Diretor (2016)



Fonte: Catalão. PDOTDSC, 2016.

Sendo assim, os parques se transformam em territórios e são concebidos a partir da interação e dos usos de seus frequentadores. O Poder público tem o dever de garantir equipamentos públicos como os parques que se tornam essenciais para uma melhor “qualidade de vida”. Quando esses equipamentos são negligenciados pelo Poder público fica claro as tendências políticas e ideológicas que os governantes de Catalão apresentam.

2.3 Catalão e suas contradições: os bairros periféricos

Foto 16: Catalão viver aqui é bom demais



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foto 17: Catalão orgulho de viver aqui



Fonte: Prefeitura municipal de Catalão, 2016

Quando analisamos a cidade de Catalão de forma integral, podemos observar alguns problemas nos discursos políticos-ideológicos, “Catalão, orgulho de viver aqui” foi o *slogan* utilizado por um mandato e “Catalão, viver aqui é bom demais!” uma das frases mais faladas entre os catalanos. (Fotos 16 e 17)

Ambos *slogans* foram colocados no mesmo local, na barragem da represa do “Clube do Povo”, e faz uso dos parques e de suas estruturas como território, para difundir um apelo político-midiático, estratégia utilizada pelos gestores catalanos, ano após ano. Esse discurso apresenta contradições por desconsiderar que pode não ser unanimidade entre os catalanos esse sentimento de satisfação.

Lançar esse olhar para a cidade como um todo implica em nos deparar com duas realidades bem distintas e territorializadas na malha urbana da cidade. Em sua pesquisa Abrão (2011) destacou o processo de espacialização da desigualdade social, utilizando o programa do governo federal “Bolsa Família”.

Na pesquisa fica claro que alguns bairros tem mais adeptos ao programa, em detrimento a outros, como é o caso do, Pontal Norte (199), Castelo Branco I e II (160), Jardim Paraíso (129), Vila Mutirão (103), Primavera (168), Vila Cruzeiro I e II (166), Ipanema (163), Bairro das Américas (104). Esses são bairros de são ocupados predominantemente por trabalhadores, e pela classe mais desfavorecida da cidade de Catalão. (ABRÃO, 2011, p.148)

Alguns bairros como, por exemplo, Pontal Norte, Castelo Branco II, Vila Cruzeiro II Vila Mutirão são considerados periferia de Catalão, devido a falta de infraestrutura e pela criminalidade nestas regiões, e os mesmo encontram-se numa distância dos parques urbanos da cidade. Já os bairros que estão próximos aos parques são os que tem menos adeptos ao programa do governo federal, sendo eles, Lago das Mansões (0) Leão (1) Santa Helena I e II (4), JK (2). (ABRÃO, 2011, p.148)

Ao aprofundarmos a análise sobre essa desigualdade socioespacial em Catalão, observamos que os bairros que contemplam conjuntos habitacionais e/ou casas de programas do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, apresentam déficit de equipamentos públicos voltados ao lazer, como no conjunto de bairros do Castelo Branco, Bela Vista, Estrela, Eldorado, Maria Amélia, Marccone e Liz.

No caso do bairro Evelina Nour e Estrela foram destinados uma área centralizada, nos bairros para construção de equipamentos públicos, como escola, creche, posto de saúde e áreas de lazer, mas são esquecidas pelos gestores, como podemos observar nas Fotos 18 e 19.

Foto 18: Área pública no Bairro Estrela



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foto 19: Área Pública no Bairro Evelina Nour



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Analisando ainda bairros da periferia catalana como Ipanema e Pontal Norte que são contemplados por equipamentos de lazer, como praças e quadras de esporte abertas, fica claro nas imagens 21 e 22 alguns problemas como o abandono dos mesmos.

Foto 20: Conjunto habitacional Ipanema



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Foto 21: Praça do Bairro Ipanema



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Os problemas socioespaciais ficam evidentes quando encontramos pichação como as que estão na foto 22 “sua mãe cria nois mata” e “aki é favela” essas frases refletem uma realidade que é o oposta aos discursos oficiais veiculados através do discurso político-midiático.

Foto 22: Quadra no bairro Pontal Norte



Fonte: BUSSOLA, Bruno Vicentini, 2017

Ao concluirmos este capítulo, mas sem intenção de findarmos essa discussão, podemos destacar alguns pontos, primeiro destaque é com o projeto de centralidade dos parques urbanos de Catalão, o primeiro Plano Diretor (2004-2014) e o novo Plano Diretor (2016-2026) estabelecem essa centralidade, ao proporem que as principais nascentes do Pirapitinga fossem usadas para construção de um grande parque linear.

Segundo destaque é quanto aos investimentos de infraestrutura urbana realizados na cidade de Catalão, fica visível o descaso dos gestores, existe uma diferença entre as áreas urbanas de alto poder aquisitivo e a periferia.

E por fim destacamos que a proposta do novo Plano Diretor de Catalão desconsidera os parques urbanos já existentes na periferia, pois não houve um investimento de infraestrutura nos parques Veredas do Buriti e Monsenhor Souza, e também ignora áreas que possivelmente contemplariam novos parques urbanos.

Sendo assim fica imprescindível para o desdobramento da pesquisa analisarmos as políticas de planejamento urbano propostas pelos gestores, e o papel do Plano Diretor Municipal (2004-2014 / 2016-2026) e suas políticas públicas voltadas ao parques urbanos de Catalão.

3 Planejamento e gestão urbana da cidade de Catalão como política seletiva de classe

O objetivo deste capítulo é compreender a implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas no período de 2004 a 2014, referentes a criação e manutenção do parques urbanos.

Plano diretor é um instrumento da política urbana de um município, desenvolvido a partir da constituição de 1988, e é regulamentado pelo Código Florestal, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e o Estatuto da Cidade. Sendo então considerado um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

O Estatuto da Cidade, lei criada em 2001, é o instrumento básico da política de desenvolvimento da cidade, sendo parte integrante do processo de planejamento, destaca ainda que o Plano Diretor deve ser revisto a cada dez anos. A lei ainda destaca uma obrigatoriedade para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

Quando analisamos a política municipal que regulamenta as políticas públicas de ocupação e uso do solo urbano o “Plano Diretor”, podemos observar que a Lei Municipal de Catalão 2.210 teve seu início no ano de 2004 e foi vigente até 2014, num período de 10 anos. Essa ideia de planejamento regulatório é projetar, em um futuro mais ou menos remoto, o estilo de cidade sendo, neste sentido, diretrizes que devemos seguir e metas a serem perseguidas. Essa ideia de modernização da cidade é uma prática de planejamento que perdura até o presente nos discursos do políticos locais. (SOUZA, 2013)

O próximo “Plano Diretor”, que na emenda de Lei Municipal 3.439 é nomeado como Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão (PDOTDSC), que entra em vigor no final de 2016, teria um período de 10 anos até 2026.

Durante dois anos o Plano Diretor de Catalão, foi pensado e planejado a vista da colaboração e participação da sociedade catalana, foram vários encontros entre os moradores e o grupo interdisciplinar, dirigido pela Secretaria de Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC), para discutir a realidade de cada região de Catalão.

No início de 2016 a cidade de Catalão contratou uma empresa para fazer revisão do novo Plano Diretor, durante este ano foram feitas várias reuniões, com a comunidade local para discutir os problemas vigentes e lançar as novas propostas.

Uma das reuniões do novo Plano Diretor que a empresa fez tinha como objetivo discutir as áreas verdes de Catalão e os parques urbanos, entre os vários assuntos que envolviam a reunião estava o “Pasto do Pedrinho” e os parques “Clube do Povo, Santa Cruz, Paquetá” e uma proposta de parque feita pela equipe técnica chamada de “Parque Proposto”.

A “Equipe Ambiental” do novo Plano Diretor, realizou uma reunião no dia 24 de maio de 2016 na sede da Prefeitura Municipal de Catalão, para expor as propostas sobre as áreas verdes, parques e o Pasto do Pedrinho. A reunião teve início com uma discussão sobre o que são áreas verdes e espaços livres perante a Lei, e quais são suas funções para a sociedade.

A equipe técnica deixou claro desde o princípio que os planos de novas áreas destinada a parques urbanos em Catalão estavam ligados diretamente com o ribeirão Pirapitinga, e ainda excluiu de suas análises os parques Monsenhor Souza e Veredas do Buritis, conforme mencionado anteriormente (Carta Imagem 2 – página 63).

Foto 23: Reunião do Plano Diretor ocupação de áreas verdes



Fonte: <http://www.planodiretorcatalao.com.br>

A universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, mais especificamente o Departamento de Geografia esteve presente, com vários alunos e professores, para tentar discutir os assuntos propostos pela Equipe Ambiental para o novo Plano Diretor.

Mas a ideia de planejamento participativo, democrático e que tenha uma representatividade para a sociedade catalana, ficou em segundo plano, pois, estavam

presentes um pouco menos de 30 pessoas, dessas boa parte da Universidade, da prefeitura e agentes imobiliários de Catalão.

Sobre as ideias de planejamento participativo e autônomo de Souza (2013, p.321) o autor destaca que:

Sob ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização (regulamentação) e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos. Caso contrário, corre-se o risco de atribuir aos instrumentos, em si mesmos, a responsabilidades de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática, sobre os *fins* do planejamento e da gestão democrática. (SOUZA. 2013. p.321)

Essa ideia de planejamento e gestão participativa e autônoma é negligenciada pelos governantes e pela sociedade civil. Contribuir nas decisões sobre sua cidade, seu bairro ou até mesmo sua rua, torna o munícipe mais responsável pelo resultado que para o bem pode ser uma decisão acertada e para o mal uma decisão equivocada. Segundo Souza (2013, p.334) “isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população; isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais”.

O autor ainda destaca os desafios e obstáculos para a participação da sociedade, Souza, (2013) destaca três problemáticas, a de implementação que ele coloca como boicotes internos e externos, cooptação e desigualdade.

Podemos destacar algumas colocações sobre cada obstáculo. Quanto a problemática da *implementação* as administrações progressistas tem enfrentado problemas para implementar políticas com características participativas. Segundo Souza (2013) os boicotes vem de todos os lados, desde os patronais, a escassez de recursos, conflitos ideológicos.

Nenhum desses problemas é de fácil resolução. Para complicar ainda mais, a solução é, quase sempre, uma solução política, envolvendo muito mais negociação que mobilização de conhecimento técnico-gerenciais (a exceção *parcial* é, obviamente, a necessidade de se superarem fatores de incompetência gerencial ou desperdício). (SOUZA, 2013. p.387)

Um encaço encontrado na política catalana é principalmente os conflitos ideológicos partidários, isto fica claro nas ações de cada lado político quando eles detêm o Poder administrativo. O problema da *cooptação* é por vezes frequente na elaboração e aprovação de um Plano Diretor Municipal, esta ação diz respeito a deformação da noção de participação, tornando-se uma ferramenta de instrumentalização de uma sociedade por parte das forças políticas locais, com finalidade segundo Souza (2013. p.388) “[..] de eliminarem focos de oposição e crítica e constituírem redes informais de suporte para se perpetuarem no governo.”

O autor ainda destaca que essa não pode ser considerada uma participação autêntica, mas sim uma pseudoparticipação, como ocorrido na reunião sobre as áreas verdes e parques urbanos em Catalão. Essa cooptação ou pseudoparticipação, foi vivenciada na prática pelos integrantes da reunião, a equipe técnica contratada pela prefeitura, de forma sucinta os técnicos apresentaram o diagnóstico dos problemas encontrados por eles e as “propostas de intervenção prontas”, os debates e discussões foram “ouvidas”, mas a equipe deixou claro que eles estavam amparados pelas leis.

Consta em ata da referida reunião a participação do Prof. Laurindo Elias Pedrosa da Universidade Federal de Goiás:

O Sr. Laurindo, professor de Geografia representando juntamente com a Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Catalão, mas que havia ido falar pela a AGB Catalão, disse que foi convidado pelo Paulo Hummel para uma Audiência Pública, mas achava que ali não havia caráter de audiência; nesse momento, o Prof. Vinicius Gomes Aguiar esclareceu que não se tratava de uma Audiência Pública Em seguida, o professor Laurindo deu continuidade a sua fala alegando que tendo em vista a relevância, valorizava o espaço e a contribuição. (ATA DA 14ª. REUNIÃO PDOTDSC, 2016, p.3)

Logo após a fala do professor da UFG o representante da SEMMAC, novamente deixa claro que:

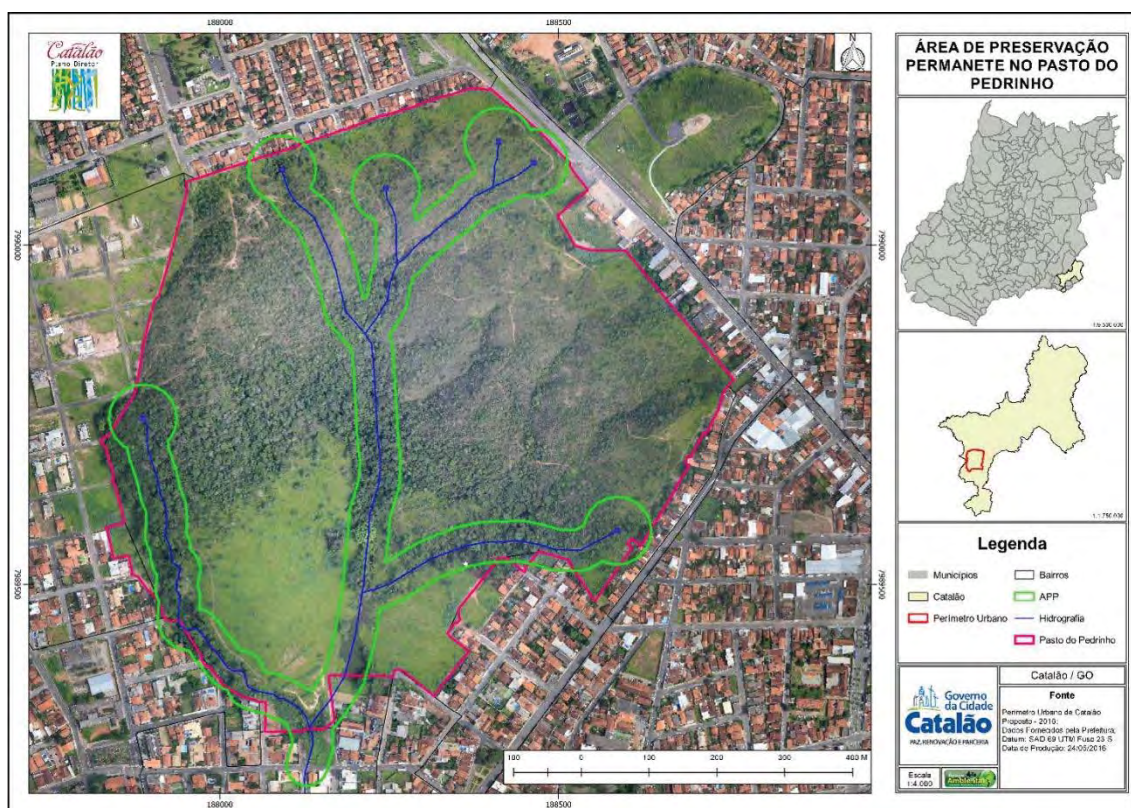
[...] naquela reunião poderia ser abordado qualquer outra tema que não fosse somente o Pasto do Pedrinho e o manancial da Samambaia e Pari, que poderiam ter tratados quaisquer temas relacionados ao Meio Ambiente. Que o professor Laurindo havia ficado preocupado com relação àquela reunião não ser uma Audiência Pública. Explicou que somente não tinha o caráter de Audiência Pública porque a Resolução Concidades que regula todo procedimento de Revisão do Plano Diretor exige que seja publicado em Edital com antecedência de 15 dias de sua realização, o que não havia acontecido, porém tinha o

mesmo valor de encaminhamentos de documentos e registros. (ATA DA 14ª. REUNIÃO PDOTDSC, 2016, p.3)

A materialização da deformação da participação na elaboração do Plano Diretor pode ser percebida pelos integrantes da reunião, quando propomos discutir o Pasto do Pedrinho e os parques urbanos, e fomos avisados pela equipe técnica que aquele espaço não era de debate e contribuições.

A associação dos “Amigos do Pasto do Pedrinho”, esteve presente e entregou a Equipe técnica um dossiê contendo vários estudo técnicos feito pela comunidade acadêmica, como proposta de intervenção da área, e um projeto para criação de um parque ecológico, a equipe técnica que foi sucinta (Lei federal de uso e ocupação do solo, em que envolve Áreas de Preservação Permanente – APP nº 12.727/2012), deixaram claro que no caso do pasto do Pedrinho a lei era clara, que a preservação seria de 50 metros nas nascentes e 30 metros do curso hídrico, como podemos observar no mapa a baixo feito pela equipe técnica.

Carta Imagem 3: Área de preservação permanente no Pasto do Pedrinho.




Fonte: Catalão. PDOTDSC, 2016.


Quando o assunto é *desigualdade social*, Souza (2013) destaca que, essa desigualdade influencia diretamente na relação desta classe com a participação voluntária. O autor enfatiza que as classes mais carentes da sociedade, não tem interesse na participação direta da criação de um Plano Diretor por diversos motivos, desde os motivos que envolvem a locomoção, o não conhecimento da existência e importância de um Plano Diretor até a falta de confiança nos gestores para execução de suas demandas e exigências.

Podemos observar que boa parte dos participantes da reunião são da Universidade Federal, da própria prefeitura Municipal de Catalão, da Equipe técnica que fez o diagnóstico e propostas para o novo Plano Diretor e os “Amigos do Pasto do Pedrinho”, e algumas poucas pessoas moradoras da cidade que não tinha nenhum envolvimento com os grupos citados (no anexo 2 estará a relação completa dos participantes da reunião).

Figura 6: Reunião do Plano Diretor ocupação de áreas verdes



Governo da cidade
Catalão
PAZ, RENOVACÃO E PARCERIA



Catalão
Plano Diretor

LISTA DE PRESENÇA REVISÃO DO PLANO DIRETOR: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Revisão do Plano Diretor Participativo: Reunião sobre a Ocupação de Áreas Verdes da Área Urbana.
Data: 24 de maio de 2016 (terça-feira) - Horário: 19:00h
Local: Auditório da Prefeitura Municipal

Nº	NOME	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	ASSINATURA
1	João Thomaz dos Santos	Movimento (SND) Brasil	joaomatosantos@gmail.com	
2	Paulo Humberto	ASSOCIAÇÃO AMIGOS PASTO DO PEDRINHO		
3	ANNIBAL L. MARCON	"	annibalmarcon@hotmail.com	
4	Alexandre Barros Hummel	"	alexandre.hummel@ufc.br	
5	Rogério Bussolo	UFG - GEOGRAFIA	bruno_bussolo@yahoo.com.br	
6	Milson João de Silva	COMDEMA	64 8131.0800	
7	Ana Cláudia P. Romão	AMS Planos Sociais	64 9906 59 58	
8	Carina R. Komadine	"	komadine@ufc.br	
9	João Carlos Farias de Sales	São da Guadalupe	joaocarlosfarias@gmail.com	
10	Vinicius Garcia Deuze	Semma C	viniciusdeuze@hotmail.com	
11	Felipe César M. Torres	OAB/GU		
12	Letícia Almeida Marques	Equipe Ambiental		
13	Verônica de Azevedo Silva	Revista Meio.		
14	José Borges da Silva	Ribeirão	9627-9010	
15	Leandro Silva	UFG/GEOGRAFIA AGB-CATALÃO	leandroasilva@ufc.br	

LISTA DE PRESENÇA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: REUNIÃO SOBRE A OCUPAÇÃO DE ÁREAS VERDES DA ÁREA URBANA.

Página 1/7

Fonte: <http://www.planodiretorcatalao.com.br>

3. 1 Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão

A proposta de analisarmos a Lei Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão Lei nº 2.210 que envolve as áreas verdes e parques urbanos fez-se necessários para que possamos entender, as estratégias que foram tomadas ou deveriam ter sido tomadas pelos gestores (prefeitos, vereadores, secretários e sociedade civil), na execução desta lei. Analisaremos os artigos nº 65, 70 e 72 que fazem referência ao tema proposto.

O artigo 70 tem como objetivo a criação de um grupo de trabalho para implementação das seguintes propostas: programa de valorização paisagística dos terrenos públicos, um diagnóstico das áreas de livre uso público, como praças e parques, e, por fim, um estudo direcionado para realização de novas áreas com essas características como destaca o Artigo da Lei.

No aproveitamento de áreas degradadas; No aproveitamento das áreas livres na zona urbana; no aproveitamento de áreas naturais preservadas no contexto da área urbana ou de extensão urbana; No aproveitamento dos fundos de vale, seja ainda em estado natural seja submetidos a planos de saneamento dos respectivos cursos d'água, especialmente no que tange a parques lineares; No aproveitamento de áreas classificadas como de preservação relativa nesta lei; No aproveitamento de áreas de preservação permanente dos cursos d'água, dando especial atenção para parques lineares. (PDDSUAC, 2004)

Podemos observar que o Plano Diretor 2004, tinha como objetivo utilizar várias áreas para criação de parques lineares, a proposta era de aproveitar o solo urbano de fundos de vale, até áreas classificadas como de preservação relativa e preservação permanente.

O artigo 72 é outro que podemos destacar, o sexto parágrafo é claro, que por interesse da sociedade os loteamentos já existentes, “sem infra-estrutura, cujo proprietário se encontra em dificuldades para implantação do mesmo, podem fazer parte deste *caput* desde que atendam aos preceitos estabelecidos no artigo 65”. (PDDSUAC, 2004)

No quarto item do artigo 65 destaca que “o estudo das consequências dos planos de desenvolvimento econômico e social do município com ênfase. Nas decorrentes das condições ambientais do corredor futuro parque linear do ribeirão Pirapitinga.” Em outras palavras é direcionar os investimentos da prefeitura que seria para a criação de infraestrutura nos já existentes bairros para o parque linear no Pirapitinga, o Plano Diretor tornar-se neste artigo contraditório aos demais artigos anteriores, que tem como

proposta a utilização de várias áreas passando pelos fundos de vale, áreas degradadas e áreas naturais.

Dentro do Plano Diretor temos uma lei municipal específica para o parcelamento e uso do solo urbano, nº 2.212, ela tem como objetivo dar diretrizes para o uso e o não uso e as normas para criação de novos loteamentos na área urbana.

Os artigos que enfatizam a criação e regulamentação dos espaços urbanos destinado a equipamentos públicos e áreas para o lazer entre outros. No artigo quinto, Os loteamentos deverão atender aos seguintes requisitos básicos:

Ter áreas de domínio público. Conforme dispõe a Lei Federal 6.766/79 e suas alterações, perfazendo um mínimo de 40% da área total da gleba a ser loteada. Compreendendo. C) 10%, no mínimo para espaços livres destinados ao uso público, dos quais 50% devem ser destinados a área verde. (PDDSUAC, 2004)

A Lei Municipal foi criada como base na Lei Federal 6.766 de 1979, e as diretrizes para criação de novos loteamentos na cidade de Catalão é clara, 40% da gleba deve ser destinada a equipamentos públicos deste 10% destinado a espaços livre, como praças, 50% dos dez destinado a espaços livres serão de áreas verdes.

O artigo 9 enfatiza que o quadro de síntese do loteamento para ser aprovados e executados deverão conter em seus projeto urbanístico os seguintes requisitos, “a indicação da área destinada aos logradouros públicos; a indicação da área destinada aos equipamentos comunitários; a indicação da área destinada ao livre uso público.” Em outras palavras, todo loteamento deve ter áreas já especificadas que contemplam os requisitos supracitados. (PDDSUAC, 2004)

3. 2 Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão

O Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão 2016 nº 3439/16 foi o segundo plano a ser elaborado pela prefeitura municipal de Catalão, aprovado na câmara dos vereadores no dia 08 de dezembro de 2016. Como exigência do Governo Federal, contido no Estatuto da Cidades (Lei, nº 10.257/2001) que tem como objetivo ser um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O Estatuto da Cidade exige que todo município com mais de 20 mil habitantes tenha seu Plano Diretor.

O segundo plano de desenvolvimento e de expansão urbana da cidade de Catalão, contempla em vários artigos específicos, as áreas distintas a equipamentos públicos de lazer e mais especificamente os parques urbanos. Enquanto o primeiro plano foi mais abrangente, este é bem mais direcionado, como poderemos observar nos artigos a baixo.

O artigo 13 do Plano Diretor prevê diretrizes específicas da política de desenvolvimento municipal, vários pontos específicos da cidade são abordados, por exemplo, Pasto do Pedrinho, criação de novos parques lineares, planos de manejo e equipamentos públicos na região dos loteamentos Castelo Branco e adjacentes.

A proposta do Plano Diretor é que o espaço com vegetação e as nascentes do Pasto do Pedrinho torna-se um parque urbano destinado a atender a sociedade catalana. Outro aspecto amplamente difundido para criação de um parque linear é a continuidade da avenida Raulina Fonseca Pascoal, tanto a montante quanto a jusante.

Um ponto específico nos chamou a atenção na lei foi a proposta de “criar e/ou adequar áreas livre de uso público e lazer ao longo dos parques lineares e APP’s urbanas, a exemplo do Córrego Pirapitinga, Córrego do Açude (Monsenhor Souza) e Córrego do Almoço.” (PDOTDSC, 2016)

Outro ponto específico na lei foi “promover a instalação de equipamentos públicos, especialmente educacionais e de saúde, nos bairros situados a Leste e Sul da BR050, como por exemplo, Goianiense, Pontal Norte, Castelo Branco, Maria Amélia, Estrela, Portal do Lago I, II e III e adjacentes.”

Em estudo realizado em 2014 chamamos a atenção para a falta de equipamentos públicos para essa região. Destacamos vários pontos separadamente desta região, o primeiro foi em relação aos equipamentos de saúde:

Um posto de saúde para treze bairros, e segundo informações do IBGE, o que corresponde aproximadamente a 10 mil moradores, e uma UBS em construção que segundo moradores locais está em obras há três anos, são equipamentos públicos que não atendem a necessidade dos moradores. Os postos de saúde são de extrema importância, pois garantem o atendimento inicial e assim desafogam os hospitais maiores como a Santa Casa e outros. (BUSSOLA, 2014, p.31)

Em 2014 quando a pesquisa foi realizada, os 13 bairros que contemplam a região dos bairros Castelo Branco e adjacentes tinha somente 1 posto de saúde para atender 10

mil habitantes, em 2016 foi finalizada a obra da UBS (Unidade Básica de Saúde) no bairro Estrela e desinstalado o “postinho”.

Quanto aos equipamentos de educação da região destaquei que os mesmos estavam minimamente contemplando a população local quanto ao acesso (não foi objetivo discutir qualidade), destaquei as escolas dos anos iniciais “creche” Flamboyant e CMEI Anibal Rosa, escolas de nível fundamental, Nilda Margon Vaz e Lazaro Marra e uma escola de nível médio, Rita Paranhos Bretas. (BUSSOLA, 2014)

Quanto aos equipamentos públicos que tem por finalidade proporcionar aos munícipes a prática de esportes, caminhada e sociabilidade naquela região, destacamos à época que:

A falta de equipamentos públicos comunitários como quadra poliesportiva, áreas verdes e de caminhada, academias ao ar livre e praças públicas é um ato gravíssimo dos gestores municipais dos últimos 30 anos nos treze bairros da região pesquisada. [...] Como foi verificado há uma quadra poliesportiva na escola municipal Nilda Margon Vaz e o acesso à prática esportiva é limitado as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física. Ao longo da pesquisa não tivemos conhecimento de nenhum projeto ou ação social que contemplasse as políticas de esporte e lazer voltadas à comunidade. (BUSSOLA, 2014, p.37-38)

A falta de praças e parques é negligenciada pelos gestores e moradores, o artigo 13 do Plano Diretor fala de equipamentos públicos em especial a educação e saúde. Na reunião supracitada anteriormente, os técnicos destacaram que:

Em relação à fala do Bruno, alega que concorda que alguns setores do município foram cerceados no direito a lazer por áreas verdes, mas que já existe na SEMMAC, desde 2013, estudos técnicos específicos, para elaboração de parque lineares, que um deles está localizado na região do Córrego do Almoço até o encontro da BR-050; que estão buscando recursos para implantação desse projeto. No bairro Castelo Branco existe um projeto de um parque linear que vai entrar como compensação do Loteamento São Marco que está sendo construído naquela área. Enfatiza ainda que a SEMMAC tem se esforçado ao máximo para regularizar a questão de licenciamento ambiental para loteamento através de Instrução Normativa com critérios diferenciados para compensação ambiental. O Assessor Jurídico, Julio Torres, esclarece que referente ao Parque citado pelo Alfredo, Terra de São Marco não é uma mera promessa e que foi assinado um Termo de Compromisso Ambiental com o proprietário do loteamento, publicado em Edital e comunicado ao Ministério Público. Alega ainda existir, em razão de um outro loteamento chamado de Ayrton Sena, um Termo de Compromisso Ambiental firmado para construção de

um parque na saída para Goiânia. (ATA DA 14ª. REUNIÃO PDOTDSC, 2016, p.6-7)

A partir da fala dos técnicos, reiteramos que durante anos foram prometidos equipamentos para as regiões sul e leste da BR-050, em pesquisas anteriores Bussola, (2014, p.43) ao entrevistar um morador local o mesmo destacou “*há três administrações temos promessas de construir uma praça pública nunca fizeram...*”.

No Plano Diretor 2016, no artigo 34, podemos destacar duas zonas especiais de recuperação ambiental, uma delas é a ZERA 3, que dispõe de recuperação das áreas verdes dos projetos de parcelamento em andamento, das áreas de preservação permanente e remanescentes florestais inseridos no perímetro urbano, que tem como objeto um programa específico de recuperação das áreas degradadas da cidade recuperando a vegetação nativa e incorporação dessas áreas de livre de uso público a equipamentos de lazer.

Dentro deste artigo podemos destacar ainda a ZERA 4 relativa as áreas de preservação permanente inseridas na ZUUS:

[...] que deverão ser objetos de um programa específico de recuperação de áreas degradadas, recuperação de vegetação nativa e incorporação de áreas livres de uso público e equipamentos de lazer, a partir da criação de um parque urbano que deverá, em caso de parcelamento/utilização da área, ser doada ao município de Catalão em conformidade com a legislação vigente. (PDOTDSC, 2016)

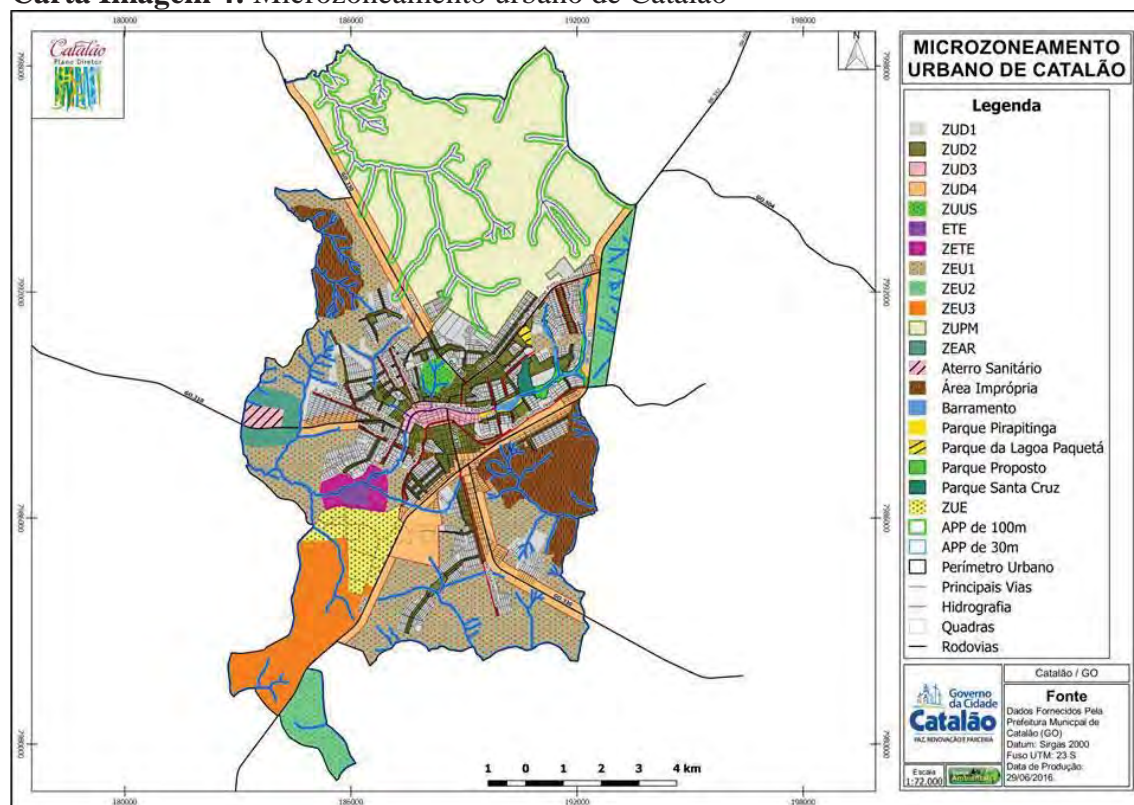
No carta imagem a seguir podemos destacar algumas áreas mencionadas anteriormente, cabe destaque inicialmente a ZUUS que corresponde a área do Pasto do Pedrinho, uma área que vem sendo alvo de especulação imobiliária por vários motivos, devido a proximidade com o centro urbano, próximo as nascentes do Pasto do Pedrinho e uma proposta da prefeitura de criação de um parque urbano nas proximidades.

Outro ponto de destaque é a Carta Imagem do microzoneamento de Catalão do Plano Diretor, no qual os parques reconhecidos pelo plano são os do Complexo Ecológico Ambiental, Parque Pirapitinga, Lagoa Paquetá, Santa Cruz e o futuro parque que vai desde o Clube do povo até as nascentes do Ribeirão Pirapitinga.

Mais uma vez podemos evidenciar a negligencia deste Plano Diretor, pois temos dois parques na periferia, Monsenhor Souza e Buriti, que sequer os reconhece (podemos destacar que se não entram no microzoneamento os investimentos para requalificação e melhorias fica dependendo única e exclusivamente da vontade política dos gestores) e o

plano não evidencia as novas áreas propostas para criação de parques na periferia catalana como destacaram os técnicos da SEMMAC e da equipe técnica, na reunião já mencionada anteriormente, diferente da criação do parque proposto, numa das regiões da cidade onde se encontram, condomínios fechados, e residências de alto padrão.

Carta Imagem 4: Microzoneamento urbano de Catalão



Fonte: PDOTDSC 2016

Para finalizar essa análise do novo Plano Diretor o último artigo que destaca as áreas verdes e parques urbanos de Catalão é o 59, que versa sobre as ações prioritárias no sistema de equipamentos urbanos e comunitários. O artigo prevê que deverá ser utilizada “áreas verdes municipais para a implementação de áreas verdes de convivência da população e contemplação da paisagem, com instalação de equipamento de práticas de esporte e lazer”. (PDOTDSC, 2016)

Podemos analisar esses dois Planos Diretores 2004 – 2016 em vários aspectos, ambos são similares, mas analisando em um aspecto em especial que são os parques urbanos da cidade de Catalão, o último plano por vezes desconsidera algumas áreas importantes da cidade e ressignifica várias outras.

O Plano Diretor prioriza a criação e revitalização de áreas em detrimento a outras, e de forma tendenciosa a gestão política cria parques em locais onde temos infra-

estrutura que atende uma parcela da sociedade, revitaliza para agregar valor. E desconsidera esses recursos na periferia em bairros da classe trabalhadora. Em seguida iremos abordar esta gestão política que deveria ter por base a democracia.

3.3 Plano Diretor: uma proposta de gestão democrática.

Os Planos Diretores deveriam ter como característica ser pensado, produzido e gestado pela própria sociedade, a partir de vários instrumentos como Conselhos de Desenvolvimento e Conselhos de Orçamento Participativo. Essas são instituições que simbolizam um esforço consistente de democratização da cidade.

Seguindo esta ideia de uma cidade produzida pelos seus municípios desde sua ação direta até as proposta de ação, Souza (2013. p.359) destaca que:

Enquanto os conselhos de orçamento participativo vinculam-se à gestão urbana (uma vez que o orçamento público, embora possua uma dimensão de planejamento, é, principalmente, um mecanismo de gestão), os conselhos de desenvolvimento urbano são instancias participativas referentes ao planejamento da cidade: definição, confecção e acompanhamento da implementação de políticas públicas e intervenções diversas, tais como planos diretores, políticas setoriais de transporte e meio ambiente, programas de urbanização de favelas e etc... (SOUZA, 2013. p.359)

No contexto local, a não existência de um Conselho de Orçamento Participativo e de Desenvolvimento Urbano, deixa a dimensão do planejamento da cidade nas mãos da classe política (e de seus interesses) e de técnicos, que por vezes são comissionados da prefeitura (e seguem as ordens do gestor) e/ou equipes que não conhece as realidades locais. A participação popular direta no processo de planejar a cidade é deixada para segundo plano, para seguir interesses locais:

Os parques surgem em tempo e em lugares determinados para assegurar interesses e representações produzidas pelas elites econômicas e políticas. Vinculam-se também às práticas de uso e ocupação do solo, pressupondo a apropriação e valorização de certas parcelas do espaço urbano. Esta valorização tem como âncora a modernização capitalista que dá suporte à reprodução do capital em escala, diferenciando parcelas do espaço. (GOMES, 2013. p.83)

Esta diferenciação na construção de parques urbanos está vinculada as diversas territorializações produzidas por interesses privados e individuais que em muitos casos se sobrepõe a coletividade e interesses públicos.

Como o parque está inserido no modelo econômico vigente, em toda a sociedade o consumo desigual amplia as disparidades econômicas. “Desta força os espaços públicos, como os parques, inserem-se nesta lógica, à medida que estão submetidos ao grande capital imobiliário e por servirem ao usufruto de classes sociais específicas, no contexto do espaço urbano.” (GOMES, 2013. p.81)

Catalão é socialmente e territorialmente bem delimitada (em outras palavras, “dividida”) e a criação dos parques e de espaços públicos para o lazer seguiu essa lógica territorial, como podemos observar nos mapas supracitados os parques foram construídos utilizando uma característica natural o ribeirão Pirapitinga, e se tornaram desde então locais de grandes investimentos público que atende a sociedade catalana em específico a classe mais abastada da cidade.

Gomes (2013. p.82) destaca que, da forma que são planejados, nas condições que surgem e como são localizados os parques, os mesmos são apreciados por um grupo de usuários específicos “aqueles que podem pagar para morar nas suas imediações ou para eles se dirigirem e, portanto, serem os atores que dão vida ao espetáculo, refugiado na ideia de natureza.”

De uma forma geral a atuação do Estado no plano ideológico é tentar chamar a atenção de toda a sociedade para que a prefeitura no âmbito local, seja visto como uma entidade a serviço de todos, mas que na verdade não ocorre na prática, conforme abordado no capítulo 2, os gestores políticos em Catalão se utilizam de *slogans* e discursos dos mais diversificados para aparecer como produtor de “qualidade de vida”.

Outra estratégia utilizada pelos gestores municipais é implementar equipamentos públicos em áreas específicas das cidade utilizando o discurso que remetem aos interesses da sociedade tornando-se assim um defensor dos interesses gerais. Analisando as especificidades de algumas regiões de Catalão podemos notar que a territorialização centralizadora dos parques contribui para o aumento da desigualdade socioespacial.

Neste sentido, a atuação do Estado (prefeitura) intervém diretamente na produção do/no espaço se utilizando de investimentos diretos na infraestrutura e na elaboração e aplicação de leis e decretos que regulam o uso do solo urbano. O Plano Diretor municipal é uma ferramenta que deveria nortear os espaços urbanos, mas como

vem sendo produzido não representa uma coletividade e uma reforma urbana que tenha como característica proporcionar uma melhor distribuição socioespacial e igualdade dos direitos básicos para todos os munícipes.

Curitiba no Paraná é para muitos autores da Geografia uma cidade modelo no desenvolvimento urbano e políticas públicas e privadas no ideário ecológico, trazendo consigo a imagem de “capital ecológica e/ou capital da qualidade de vida”, num período de 30 anos foram criados 30 parques e 300 novas praças. Segundo Gomes (2013, p. 79) “No entanto, junto às noções de ‘boa governança’ e de ‘eficiência ecoambiental’ da cidade-modelo, têm-se a segmentação e a fragmentação do seu território, evidenciando as desigualdades socioeconômicas.”

No caso da “Atenas de Goiás” como é conhecida a cidade de Catalão, fica claro que tanto na proposta de implementação de novos parques do novo Plano Diretor, quanto na requalificação e revitalização dos parques, essa iniciativa só vem ocorrendo nas proximidades nas áreas de grande concentração de condomínios e residências da sociedade mais abastada de Catalão.

Para pensarmos numa proposta de mudar essa realidade, os autores Gomes (2013) e Souza (2013) destacam que essa tarefa é de caráter coletivo. “Esta frase, em qualquer circunstância uma obviedade, adquire maior conteúdo de verdade sob um ângulo autonomista, de vez que não se tratará, então, de impor soluções de cima para baixo, mas de construí-las democraticamente.” (SOUZA, 2013, p. 519)

Somente com a participação direta e indireta na tomada de decisões podemos transformar numa espécie de “co-gestão” entre a prefeitura e a sociedade civil. Se utilizarmos um pensamento a partir das perspectiva autonomista o Estado implementaria esta iniciativa na participação ativa no orçamento e desenvolvimento da cidade.

Esta co-gestão entre gestores e munícipes já vem ocorrendo em algumas prefeituras pelo país, podemos citar alguns casos como de Porto Alegre-RS, que foi uma das primeiras a abrir as portas para um orçamento participativo, Curitiba-PR e São Paulo-SP com propostas de reforma urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Equipamentos públicos que tem como característica o lazer e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida, é o tema que propomos estudar desde a graduação, nossas indagações nos levaram a pesquisar a ausência de praças, áreas verdes em bairros periféricos de Catalão. Esta pesquisa inicial nos fez refletir sobre o processo de planejamento da cidade e a criação de leis como o Plano Diretor.

Chegamos a uma conclusão inicial que a região dos bairros Castelo Branco e adjacentes não apresentava nenhum equipamento público com que a finalidade seja o lazer, e a pesquisa ainda nos mostrou que a população local não participava diretamente das questões envolvendo seus bairros.

Das inquietações iniciais passamos a pensar sobre a não participação da população na política de planejamento urbano de Catalão que culminou na criação de uma diretriz (plano diretor), neste sentido sentimos a necessidade de problematizar a respeito da implementação e revitalização de equipamentos públicos em Catalão.

Para respondermos a essas indagações estabelecemos como objetivo geral analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial, problematizando as políticas públicas de planejamento urbano propostas no período de 2004 a 2016, período este de vigência da primeira Lei e a construção do novo Plano Diretor.

A realização da pesquisa teórica, delimitou alguns pontos chave para pesquisa, primeiro que consideramos como os parques urbanos surgiram na Inglaterra do advento da revolução industrial, sendo Londres então um expoente destes complexos. A França também tem grande influência pelo mundo, devido a quantidade de áreas verdes construídas e os vários parques lineares como as avenidas arborizadas, Parque de Bolonha e a própria *Champs-Élysées*. Por fim, nos Estados Unidos temos outro grande expoente dos parques, sendo Nova York uma cidade planejada, o *Central Park* um dos parques mais conhecidos, construído na ilha de Manhattan.

Trazendo para o contexto local os parques de Catalão foram construídos utilizando o Pirapitinga e seus afluentes que cortam a cidade, a construção do parques proposto a montante do ribeirão, e as revitalizações da avenida Raulina Fonseca Pascoal a jusante, utilizam toda a extensão do Ribeirão Pirapitinga, transformando num grande parque linear.

Na sequência realizamos o mapeamento dos parques municipais urbanos de Catalão (GO) e a identificação de seu conteúdo paisagístico consequentemente de seus equipamentos de infraestrutura. Ao analisarmos os parques urbanos chegamos a conclusão que o ribeirão Pirapitinga passou por um processo de transformação de sua paisagem devido a problemas ambientais, por consequência da ocupação do fundo de vale para fins urbanos.

O mapeamento mostra que foi utilizado o fundo de vale para construção dos parques urbanos e a centralização dos demais equipamentos na região do clube do povo, que sendo o primeiro empreendimento deste porte em Catalão. Ao longo dos anos foram projetados vários outros parques ao seu entorno, Calixto Abraão, Pirapitinga, Paquetá e Santa Cruz, outros dois parques foram construídos utilizando as nascentes do Pirapitinga.

Catalão por muito anos teve como base de sua estrutura urbana o vale do Pirapitinga, com a chegada das mineradoras na década de 1970 e das multinacionais no final dos 1990. A cidade transbordou o cume do vale e alcançou novos espaços, por exemplo, as regiões sul e sudeste, mencionada no texto.

A centralidade de equipamentos públicos como parques urbanos se tornam problemas estruturais e sociais para uma sociedade tão diversificada como a catalana. Isto fica claro quando observamos os bairros periféricos com falta de praças e parques, ou mesmo que tenham estes aparelhamentos, mas que não tem investimento necessário, para o uso dos munícipes.

O terceiro e último passo foi compreender a implementação das políticas públicas de planejamento urbano em Catalão (GO) propostas no período de 2004 a 2016, referentes a criação e manutenção dos parques urbanos.

Comparamos os Planos Diretores de 2004 e 2016 e nos deparamos com o fato de que o segundo plano é uma réplica, com poucas alterações das propostas do primeiro. Quando analisamos as leis que destacam os parques, chegamos a constatação de que o plano diretor (2016) tem intenções tendenciosas, pois destaca que toda a cidade deve conter equipamentos como este, mas só propõe a criação de um parque a montante do “Clube do Povo”, em direção aos novos empreendimentos de Catalão.

A participação popular nas tomadas de decisões na cidade de Catalão é negligenciada, como destacamos na primeira pesquisa realizada em 2014 e em 2016 na construção do novo plano diretor.

Foram realizadas várias reuniões para discutir os pontos principais para o novo plano diretor, um dos encontros teve como tema as áreas verdes de Catalão, e dentre os temas mencionados foram os parques urbanos. Algumas coisas ficaram claras, primeiro os participantes (grande parte da Universidade), promotores imobiliários e um grupo de moradores locais, que foram chamados para legitimar as propostas da equipe técnica, descaracterizando a ideia de uma sociedade ativa e participante nas tomadas decisões.

Para findarmos esta dissertação, mas sem intenção de esgotar a temática, podemos destacar que na sociedade capitalista contemporânea os espaços urbanos como os parques são locais por vezes esquecidos pelos gestores municipais, ou negados para uma parcela da sociedade. O plano diretor como uma ferramenta dos gestores tornam-se apenas documento burocrático e não uma lei ativa em prol dos munícipes.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber / em depoimento a Cynara Menezes. 4ªed. – Rio de Janeiro: Record, 2013
- ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito Santo. **O Processo de espacialização das desigualdade sociais**: uma abordagem histórico-geográfica e jurídica dos programas assistenciais no município de Catalão (GO). Dissertação (mestrado) na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. 2011
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Data de acesso 27/07/2017
- BUENO, Edir de Paiva. **Cidade de Catalão (GO)**: um espaço urbano em expansão e mutação. X EREGEO – SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA. Abordagens geográficas do Cerrado: paisagem e diversidade. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Catalão. 2007
- BUSSOLA, Bruno Vicentini. **Implementação e territorialização dos parques urbanos em Catalão (GO)**. Anais do XIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia: 40 anos de contribuição à Geografia Brasileira. Rio Claro – SP: Unesp. 2017, p. 302-314.
- _____. **Equipamentos Públicos Comunitários**: a situação dos bairros da região sul da cidade de Catalão (GO), no período de 2004 a 2014. Monografia. Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, 2014. 50p
- CAMPOS, Maria das Dores. **Catalão Estudo Histórico e Geográfico**. Bandeirantes, 1976.
- _____. **Gente nossa**. Goiânia: CERNE, 1985.
- CARDOSO, Silvia Laura Costa. SOBRINHO, Mário Vasconcellos.
 VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **URBE. Revista brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v.7, n.1, p. 74-90, jan./abr 2015 (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=604>. Acesso em 16/06/2016
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 2ªed. Rio de Janeiro : Bertrand. 2009. 299p.

CATALÃO. **Lei de criação do complexo ecológico Monsenhor Souza**. 2004 <http://www.catalao.go.gov.br/site/v4/upload/leisedecretos/da34875506f7f27cbfa3ac790afac41c.pdf>. Data de acesso 21 de julho de 2017.

CATALÃO. Prefeitura Municipal. Lei 3439 de 08 de dezembro de 2016. **Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão**. Catalão, 2016.

CATALÃO. Prefeitura Municipal. Lei 2.210 de 05 de agosto de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**. Catalão, 2004.

DEMOCH, E. **1810: das terras da Mão de Deus a Catalão** – Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2008. Catalão.

FIORAVANTI, Carlos. **Entre paredes de concreto**. São Paulo: Fapesp. 2013. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/12/18/entre-paredes-de-concreto/>. data de acesso 12/06/2017

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23ªed. Rio de Janeiro : Edições Graal. 2007. 295p.

GARABINI, Elvio Araújo. **Parques urbanos, aqui, ali, acolá**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Campo Grande. 2004.

GOIÁS AGORA. **Governo anuncia melhorias na infraestrutura urbana de Catalão**. 26/02/2017. Disponível em: <http://www.goiasagora.go.gov.br/governo-anuncia-melhorias-na-infraestrutura-urbana-de-catalao/>. Data de acesso 26 de julho de 2017

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: nota sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996. p. 31 a 58.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí : Paco Editorial, 2013

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=Catal%E3o&codigo=&submit.x=34&submit.y=12>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

LOBODA, Carlos Roberto. **Espaço Público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade**. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

MARÇAL, Patrícia Souza Rocha. **O CLUBE DO POVO DE CATALÃO (GO) – 1984-2011: histórias contadas, territórios vividos.** Dissertação (mestrado) na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. 2012

MIRANDA, Mackaine Miletho Silva. **O papel dos parques urbanos no sistema de espaços livres de Porto Alegre-RS: uso, forma e apropriação.** Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. SILVA, Clarinda Aparecida da. **Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto de mercado turístico e imobiliário em Goiânia – Go.** Caminho de Geografia. Uberlândia. v. 14, n. 46. p. 220-235. ISSN 1678-6343. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16776>. Acesso data 13/06/2016

OLIVEIRA, André Luiz, VENÂNCIO, Marcelo, MENDONÇA, Marcelo Rodrigues PEDROSA, Laurindo Elias. **A degradação ambiental decorrente da expansão urbana: um estudo de caso – Catalão/GO.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: [http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impacto ambiental/13.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impacto%20ambiental/13.pdf). Data de acesso 25/07/2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo : Editora Ática, 1993.

RAMOS, C. **Catalão de ontem e de hoje (curiosos fragmentos de nossa história).** Catalão: Kalil, 1984.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia da USP.** v. 2. 1983. p. 93-101. Data de acesso 18/08/2016. <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>

SAQUET, Marcos Aurelio. VALE, Ana Lia Faria. SANTOS, Roseli Alves do. **O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração.** Revista faculdade de Ciências. UNOESTE. 2005, <file:///C:/Users/USER/Downloads/7380-26606-1-PB.pdf>. acesso data 26/04/2017

_____. Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: expressão popular, 2007.

_____. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Elizeu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 69-90p.

SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias. *in*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACION Y TERRITÓRIO, 11, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUYO – Universidad de Cuyo, 2010. p. 1-18.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2014

_____. **Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUNI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1º ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão:** estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 2002. 198 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SILVA, Júlio César. **Planejamento urbano e crise das cidades.** Terra Livre. Presidente Prudente. ano 24, v.1, n.30. 83-96, 2008. ISSN 0102-8030.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9º ed. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2013.

_____. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Elias de. GOMES, Paulo Cezar de Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 16ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 77-116p.

_____. **“Território” da divergência (e da confusão):** em torno das imprevistas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Elizeu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 53-68p.

TAVARES, Roberto Ferreira. **Catalão inundada.** Blog Bão pra Sabão. 05 de março de 2013. <http://oquetodomundoquerfalar.blogspot.com.br/2013/03/catalao-inundada.html>

_____. **Esclarecimentos sobre o projeto de Implantação dos Equipamentos de Lazer no Parque Natural Mata do Setor Santa Cruz (Bosque do Setor Universitário).** Blog Bão pra Sabão. 28 de abril de 2014. <http://oquetodomundoquerfalar.blogspot.com.br/2014/04/esclarecimentos-sobre-o-projeto-de.html> Data de acesso 27/07/2017

TOLEDO, Fabiane dos Santos. SANTOS, Douglas Gomes dos. **Espaços livres de construção – um passeio pelos parques urbanos.** REVSBAU. Piracicaba. 2012, v7, n2, p.10-23. ISSN 1980-7694.

TRISTÃO, Alex Santana. **A territorialização da indústria automobilística em catalão e as mudanças no trabalho.** 2011. 280f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão.

ANEXOS

LISTA DE PRESENÇA REVISÃO DO PLANO DIRETOR: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Revisão do Plano Diretor Participativo: Reunião sobre a Ocupação de Áreas Verdes da Área Urbana.

Data: 24 de maio de 2016 (terça-feira) - Horário: 19:00h

Local: Auditório da Prefeitura Municipal

Nº	NOME	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	ASSINATURA
1	Luiz Thomaz dos Santos	Movimento P.EMP. Poderes	investimentos@jmail.com	[Assinatura]
2	Paulo Hummel Jr	ASSOCIAÇÃO AMIGOS PISTO RIBEIRINHO		[Assinatura]
3	ANNIBAL L. MARCON	"	annibelm@hotmail.com	[Assinatura]
4	Alexandre Barros Hummel	"	alexandre_hummel@hotmail.com	[Assinatura]
5	Bruno Bussolo	UFPA - GEOGRAFIA	bruno_bussolo@yahoo.com.br	[Assinatura]
6	Nilson João de Silva	COMDEMA	64 8131-0800	[Assinatura]
7	Ana Cláudia B. Dantas	AMS Rios das Secas	69 9906 19 58	[Assinatura]
8	Caíra R. Komashiro	"	Komashiro-00@hotmail.com	[Assinatura]
9	Flavio Funes dos Santos	Sec. da Qualidade	muniz@quadra.com.br	[Assinatura]
10	Vinicius Garcia Dezote	SemmaC	viniciusdezote@hotmail.com	[Assinatura]
11	Felipe César M. Torres	OAB/GO		[Assinatura]
12	Letícia de Almeida Marques	Equipe Ambiental		[Assinatura]
13	Vera Lúcia de Moraes G. Silva	Ribeirão		[Assinatura]
14	José Borges da Silva	Ribeirão	9627-9010	[Assinatura]
15	Leandro Silva	UFPA - GEOGRAFIA OAB - CATALÃO	leandroasil@hotmail.com	[Assinatura]

Nº	NOME	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	ASSINATURA
16	Paulo Roberto Netto	FAB. SAUDADE	CORRETA@WGO.COM.BR	Paulo Netto
17	ANTONIO RIBEIRO NETO	FAB. SAUDADE	CORRETA@WGO.COM.BR	Antonio Netto
18	Rênia Larissa Santos Alves	UFG	keniolsalves@gmail.com	Rênia S. Alves
19	ALFREDO A.G. SILVEIRA	SEMMAC	ALFREDO.APAREC@GMAIL.COM	Alfredo
20	Bruno Kelly Sousa Rodrigues	UFG	delimabruno536@gmail.com	Bruno Kelly
21	Gabriel Renato	UFG	gabriel-perydia@hotmail.com	Gabriel
22	Edson B. Samirama	AGB-Catalão	geavidadso@gmail.com	Edson
23	André dos S. Oliveira	AMB SERVIÇO	consultoria@ambservico.com.br	André
24	GUILLERMO L. CASTRO MOYA	ACAD. CAT. LETRAS	gcastromoya@yahoo.com.br	Guillermo
25	Alessandro F. Silva	SEMMAC	obsonardo_silva@ig.com.br	Alessandro
26	Gabriel de Melo Neto	AGB/IF GOIANO	gabrieldeoloneto@gmail.com	Gabriel
27	CLAUDIO F. CARDOSO	EQ AMBIENTAL	swaracontade@gmail.com	Claudio
28	Regina Maria dos Reis	FIZ RIBEIRÃO	-	-
29	Roberto A. O.	C. RIBEIRÃO	-	-
30	Vanusa Rabelo	SEMMAC	vanusa.rabelo07@gmail.com	Vanusa
31	Benedicta dos S. P.	Gerência Ambiental	Benedicta.dos.santos@york.com.br	Benedicta
32	Claudia L. de S. Buzio	SEMMAC	claudialuzibuzio@yahoo.com.br	Claudia
33	Thatiana Martins S. Mesquita	SEMMAC	thatianmesquita.semmac@gmail.com	Thatiana
34	Patrícia Eugênia Rosa Castro	Professora Estado	castropatujat@bol.com.br	Patrícia

ATA da 14ª Reunião Pública de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Catalão

Ao 24º dia do mês de maio deste ano de 2016, as 19h00min, deu-se início 14ª Reunião Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Catalão, realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão, liderada pelo Coordenador Técnico da Equipe Ambiental, empresa contratada para Revisão do Plano Diretor de Catalão, Vinicius Gomes Aguiar e pelo Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, DR. Julio Torres e com presença de 34 pessoas, conforme lista de presença em anexo. A agenda desta reunião foi a discussão da revisão do Plano Diretor Participativo: Reunião sobre ocupação das Áreas Verdes nas áreas urbanas do Município de Catalão. As 19h30min o Coordenador Técnico Vinicius Gomes Aguiar abriu a reunião, apresentou-se a todos os presentes, explicou que desde o Seminário já havia surgido demandas para realizações de reuniões específicas por grupos, disse ainda que naquela manhã já havia acontecido a reunião com a MGO para tratar sobre a duplicação da BR-050 e que no dia seguinte aconteceria a Reunião sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir na sede da OAB as 09:00h e que todos estavam convidados a participar. Sobre a Reunião sobre Áreas Verdes, disse que seriam tratadas as proposições específicas sobre as áreas Verdes; enfatizou que não seria somente a área do Pasto do Pedrinho (área reivindicada pela comunidade) e das APP's (Áreas de Preservação Permanente) da bacia de captação de água, mas de todas as áreas verdes urbanas do município de Catalão; que seriam analisadas a legislação em vigor e algumas propostas de adequação se possível e que já estava pensando em uma proposta técnica. Disse que nada do que seria apresentado estava pronto, acabado ou consolidado, porém havia justificativa técnica para estarem ali e que durante a reunião haveria outras possibilidades de discutir sobre todos os assuntos. A primeiro momento seria apresentado como ideia de compor todas as Áreas Verdes de Catalão, depois serão falados sobre os processos destinados a bacia do Pari Samambaia que está relacionada a APP em questão, em seguida sobre o Pasto do Pedrinho, explicou que o Plano Diretor é um elemento composto pela parte técnica, que a empresa contratada pela Revisão do Plano Diretor e pela parte Institucional representada pela Prefeitura Municipal de Catalão, que para evitar vínculos entre as partes foi criado um Site específico onde as pessoas que quisessem propor sugestões, poderiam acessar o site www.planodiretorcatalao.com.br. Aquelas que quisessem entregar pessoalmente poderiam procurar a SEMMAC Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão e fazer por escrito, ou ainda, acessar as redes sociais pela internet. Começou sua apresentação explicando sobre a parte técnica, que a primeira limitação verificada no Plano Diretor relacionada as Áreas Verdes é a falta de conceituação de que é realmente uma Área verde; fez uma breve explanação sobre diferentes conceitos de Áreas Verdes e algumas colocações sobre conservação e restauração; enfatizou a importância de criar-se um Sistema Municipal para Unidade de Conservação. Em seguida, apresentou um mapa ilustrativo, onde constava o mapeamento das Áreas Verdes do Município de Catalão; mostrou a localização no mapa e fez uma explanação onde localizavam as Áreas Verdes dentro do planejamento municipal e que as Áreas Verdes estavam sendo tratadas dentro de espaços livres, tendo em vista que existem vários outros espaços como da área referida, vias públicas, equipamentos urbanos, que as áreas verdes são um tipo especial de espaços livres e que está dentro do Plano Diretor. Falou também sobre a importância das áreas verdes, sobre a valorização de imóveis próximos a ela, sobre o elemento estético, a

parte ecológica ambiental e a parte de lazer. Começou a explicar sobre os 03 elementos individualmente e trouxe os requisitos exigidos o para loteamento, tendo em vista ser importante pelo fato de estar sendo discutido de fato a composição de Áreas Verdes de Catalão, como serão discutidas, de onde vem a ideia de quantos por cento, de qual a área que está sendo destinada hoje com Plano Diretor atual. Demonstrou que no Plano Diretor atual, 40% (quarenta por cento) é destinada para área de domínio público, destes, 5% (cinco por cento) terão que ser destinados a áreas verdes. Trouxe em slides uma figura onde demonstra a adaptação de lei federal, onde foram colocadas todas as áreas públicas e que as áreas verdes estão como partes das áreas públicas. Quando se vai discutir Unidade de Conservação Federal, Estadual e Municipal, existem elementos diferentes para tratar desse assunto, pois estão vinculadas ao SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), e que nele é estabelecido 02 tipos de unidades de conservação: uma de proteção integral e outra de conservação. Agora esses elementos não estão relacionados às áreas verdes urbanas e sim estão vinculadas diretamente a ideia de planejamento urbano. Quando se fala que existem tipos de espaços físicos públicos, também existem o que se chama de usos institucionais, que são os equipamentos urbanos. São esses dois elementos que estão dentro daqueles 40% discutidos inicialmente. O Prof. Vinicius Gomes Aguiar enfatizou que até o presente momento estava sendo apresentado o que estava no Plano Diretor atual, que a partir daquele momento seriam acrescentadas algumas observações, que eram de um modo geral, como estava a Bacia do Rio Samambaia. Alegou que, como não existe uma conceituação sobre área verde no Plano Diretor, buscou na Resolução Conama nº 369/2006, que contempla todos os elementos existentes em uma área verde; explicou que existem outros conceitos que poderiam ser adotados, porém seria muito complicado começar com outro patamar, tendo em vista o fato desse já estar consolidado. Dentro das discussões estabelecidas por se tratar de uma área urbana, foi observado que poderia haver alguns elementos, como por exemplo: criar pequenas áreas verdes; tendo um loteamento com 100 áreas e cada quadra pega uma área pequena, tendo em vista essa possibilidade a equipe técnica entendeu que seria necessário consolidar essa situação em uma área mínima de 1000 metros quadrados no mínimo; esclareceu que era uma proposta da equipe técnica junto a prefeitura e que até o momento não havia surgido objeção. No Plano Diretor atual para ter um loteamento, tem que haver uma reserva para área verde de 5%, caso não exista área verde preservada no local, há de ser feito a recomposição da área, essa recomposição deverá ser feita entre nativas e exóticas desde que observados o Plano de Recuperação de Áreas, devendo observar o que está no Código Florestal quanto à definição de APP's. Disse ainda que havia algumas propostas de tornarem algumas APP's urbanas em Unidades de Conservação, porém havia necessidade de seguir os transmites legal, pois existem normas específicas para isso, como, por exemplo, estudos técnicos e audiências públicas, e que, posteriormente seriam definidos qual tipo de uso de determinada Unidade de Conservação, de acordo com as características do local. Depois apresentou um mapa com o objetivo de demonstrar quais as possíveis áreas de APP's em Catalão, todas elas de 30 metros mesmo dentro da área urbana, que algumas áreas são suscetíveis a conversão em Unidade de Conservação, para isso a empresa contratada sugeriu no Plano Diretor que o município crie um Sistema Municipal de Unidade de Conservação, para que existam parâmetros mínimos para estabelecer a forma de gestão dessas unidades. Disse ainda, que oficialmente o município de Catalão tem apenas o Parque Santa Cruz como unidade de conservação e que, apesar de criado, somente agora está

fazendo seu Plano de Manejo. Em seguida fez uma ampla explanação sobre as Áreas verdes na cidade; requisitos e justificativas para loteamentos; Áreas Verdes em novos loteamentos; Áreas verdes e APP; Samambaia e Pari; APP no raio de 30 a 100 metros; situação do Pasto do Pedrinho. Em seguida, passou a palavra aos presentes que quisessem fazer as suas considerações. O Sr. Laurindo, professor de Geografia representando juntamente com a Associação de Jovens Brasileiros – Seção Catalão, mas que havia ido falar pela a AGB Catalão, disse que foi convidado pelo Paulo Hummel para uma Audiência Pública, mas achava que ali não havia caráter de audiência; nesse momento, o Prof. Vinicius Gomes Aguiar esclareceu que não se tratava de uma Audiência Pública. Em seguida, o professor Laurindo deu continuidade a sua fala alegando que tendo em vista a relevância, valorizava o espaço e a contribuição. Disse que o Vinicius fez algumas explanações importantes para todos e ainda havia dito que não podia atropelar a Lei. Nós temos lei municipal e que ela deveria ser restritiva e mais abrangente que a lei federal, que começaria plugando o Código Ambiental da cidade para dar validade as essas questões, que são de grande relevância, que juntamente como o projeto de Revisão do Plano Diretor poderia ser revisto o Código Ambiental de Catalão para ser abrangente e concomitante. Disse que em virtude de ter que retornar a faculdade por ter atividades, mas que deixaria sugestões. Sobre a questão relevante, considerava não somente a manutenção das áreas de relevância, mas também a questão de arborização urbana da cidade. Em seguida, se pôs a fazer uma leitura de algumas observações em uma anotação de papel: Considerando a dinâmica ambiental urbana manter uma cidade industrial delimitada por dois setores como o DIMIC, os terminais de embarque com as indústrias químicas na região suburbana, porque ela está incluída dentro da área de expansão urbana, que delimita com a BR-050, para que seja incluída no Código Ambiental o projeto de arborização das vias e logradouros públicos, com espécies vegetais do Cerrado, tendo em vista que em outras cidades tem se plantado muito plantas exóticas como a Palmeira Imperial. Que essas espécies vegetais do Cerrado sejam plantadas a curto, médio e longo prazo, verificando a aceitação da população e que seja observada a questão legal da Lei municipal. Solicitou ainda que fosse considerado por Lei Municipal específica incorporando a área do Pasto do Pedrinho em sua totalidade como Zona Urbana de Relevante Interesse Ambiental, que ela já está na Lei de Zoneamento, concomitante, que ela também já está como área especial de interesse ambiental, porém com clara redação técnica e ambiental dada a relevância histórica, ambiental e social já bastante definida por quase toda população de Catalão. Que mesmo assim, futuramente, o poder público municipal deverá desapropriar essa área na forma da Lei para ser mantido como tal, pois logicamente existe a Lei de desapropriação para interesse social e ambiental, assim deverá ser feito entre as partes, os proprietários e o poder público municipal, tendo em vista já ter exemplo aqui na região. A prefeitura entendendo que precisava criar um paço municipal desapropriou a área da igreja. Disse que por hora era somente isso e que no momento da Audiência Pública poderia colaborar mais com documentos, que havia sido indicado como membro do Conselho das Cidades, o CONCIDADES, para participar da Revisão do Plano Diretor, se despediu agradecendo o espaço e a oportunidade. Em seguida, o Paulo Hummel, representante do Pasto do Pedrinho dirigiu-se a mesa solicitando para fazer leitura onde contava a historia de criação do Pasto do Pedrinho. Disse ainda que o local trazia um patrimônio histórico, cultural e ambiental para o município de Catalão, que está situado no centro da cidade e que tem um enorme potencial para criação de um parque, capaz de melhorar significativamente o ambiente, a qualidade

de vida e autoestima da nossa população, com a instalação de equipamentos públicos, de esportes, lazer e cultura e educação ambiental. Disse ainda que pensando nisso, em meados de 2011 iniciaram um o movimento para criação de um Parque Municipal do Pasto do Pedrinho, que depois acabou-se formalizando, dando a criação da Associação dos Amigos do Pasto do Pedrinho, que iniciaram gestões com amigos, com Ministério Público e divulgaram uma nota na imprensa visando criar um movimento destinado a conscientizar e mobilizar a população sobre a importância da preservação da área, tendo em vista que já naquela época era objeto cobiçado por especuladores imobiliários daqui e de fora, interessados em construir no local um condomínio de luxo, pouco se importando com as questões ambientais, de trânsito e bem estar da população. A Preservação da área é muito importante para o clima hoje da cidade, pois já está bastante alterado com o grande crescimento de Catalão. Estudos de cientistas da UFG de Catalão já demonstraram que a construção de um novo bairro no local, contribuirá de forma decisiva para procriação dos problemas das enchentes no Ribeirão Pirapitinga, a cada ano mais destruidoras, agravará também a situação do já caótico trânsito no centro da cidade. Que o Parque com o qual sonharam já foi objeto de estudos e projetos em duas administrações municipais passadas, na gestão de Mariângela (não citou sobrenome) e Adib Elias, além de ter ensejado estudos de outros cidadãos. Isso demonstra que é antiga a preocupação com a preservação da área, explica também o grande sucesso do movimento pela criação do Parque Municipal do Pasto do Pedrinho, justamente porque foi o ponto de grande anseio do nosso povo. No ano de 2012 por iniciativa do promotor Mario Caixeta foi realizada uma audiência pública sobre a destinação do Sítio do Pasto do Pedrinho, ocasião que, por unanimidade, se concluiu pela preservação de 100% da área e pela sua transformação em Área de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Alegou que a SAE realiza, de longa data, o lançamento de resíduos decorrentes da lavagem dos filtros de Estação de Tratamento de Água em uma nascente situado ao longo do Pasto do Pedrinho, com isso poluindo aquelas águas. Conforme constou da ação civil pública impetrada pelo Ministério Público local, já transitada e julgada, são pelo menos três as situações que impedem o parcelamento e ocupação do solo da Área do Pasto do Pedrinho e exigem a completa proteção e restauração daquele sítio: a primeira, a região do Pasto do Pedrinho não está incluída na zona de expansão urbana, pela Lei 2210/2004, loteamentos só serão admitidos terrenos definidos por Zona de Expansão Urbana; segunda, a região do Pasto do Pedrinho foi definida como Zona de Relevante Interesse Ambiental, pelos artigos 15, inciso II da Lei 2210/2004 e também nos outros incisos, que em tais áreas somente serão admitidas atividades relacionadas com as respectivas funções de sustentabilidade desta; terceira, é o fato notório que na região do Pasto do Pedrinho, há diversos locais definidos pelo Código Florestal como áreas de preservação permanente e que só já sofrem restrições para proteção ambiental, tornam o empreendimento desaconselhável. Diz ser interessante registrar que a Prefeitura de Catalão em sua defesa na supra citada ação civil reconhece incontestável que a área é de utilidade pública, registra também que a atual administração já desenvolve projeto para a transformação da área, hoje privada, em Unidade de Conservação de Uso Sustentável e para isso construir um Parque Público Municipal. Disse ainda que durante a última campanha política, os três candidatos a prefeito se comprometeram a trabalhar pela criação e instalação do Parque Ecológico Municipal do Pasto do Pedrinho em 100% da área de 54 hectares, com a construção de equipamentos públicos para a prática de atividades esportivas, de lazer, cultura e educação ambiental. Disse ainda que continua a

acreditar no compromisso assumido pelo atual Prefeito em sua campanha eleitoral com relação ao assunto, não obstante o senhor Jardel Sebba depois da campanha não tenha se disposto a receber a diretoria da Associação. Posteriormente solicitou que fosse mostrado no data show algumas imagens que foram colhidas pelo grupo dele que constam na internet, no Facebook. Passou ao Coordenador Técnico um dossiê sobre o Pasto do Pedrinho contendo vários estudos técnicos de professores da UFG, que entende ser útil para Revisão do Plano Diretor do Município de Catalão. Em seguida, o Assessor Jurídico da SEMMAC Julio Torres solicitou a palavra para fazer algumas considerações. Esclareceu que naquela reunião poderia ser abordado qualquer outra tema que não fosse somente o Pasto do Pedrinho e o manancial da Samambaia e Pari, que poderiam ter tratados quaisquer temas relacionados ao Meio Ambiente. Que o professor Laurindo havia ficado preocupado com relação àquela reunião não ser uma Audiência Pública. Explicou que somente não tinha o caráter de Audiência Pública porque a Resolução Concidades que regula todo procedimento de Revisão do Plano Diretor exige que seja publicado em Edital com antecedência de 15 dias de sua realização, o que não havia acontecido, porém tinha o mesmo valor de encaminhamentos de documentos e registros. O Sr. Gabriel, representante da AGB-Catalão, cumprimentou a todos e em especial aos servidores da SEMMAC; trouxe um panfleto do ano de 2012 onde constava dez problemas sócio ambientais do município de Catalão; fez uma ampla explanação sobre as ações de mobilização da população e professores para discutir os problemas de questão ambiental. Citou várias situações referentes à Conferência das Cidades do ano de 2013, falou que é inadmissível a Prefeitura de Catalão não ter uma estrutura moderna de gestão pública, um espaço de planejamento urbano. Falou ainda de vários assuntos distintos como: especulação imobiliária, o IPTU progressivo, mobilidade urbana, habitações populares, viadutos nas rodovias, drenagem urbana, estação de tratamento de esgoto, mapeamento das áreas de riscos, regularização fundiária, entre outros. Após as participações dos presentes, o Coordenador Técnico Vinicius Gomes Aguiar começou respondendo aos questionamentos do Professor Laurindo. Disse que o Plano Diretor pode ser mais restrito, mas que não necessariamente precisava ser mais restritivo que a Lei. Enfatizou que essa reunião técnica foi demandada a partir da audiência pública e que vários convites foram encaminhados a representantes da UFG Catalão, inclusive alguns deles entregues pessoalmente. Que o Plano Diretor trata de vários assuntos ambientais, mas que o Código Ambiental não está vinculado à revisão do mesmo. Em relação a questão ambiental urbana que envolvem DIMIC e as mineradoras, elas serão contemplados no zoneamento municipal. Em resposta aos questionamentos do Sr. Paulo Hummel, disse que o Pasto do Pedrinho não está enquadrado como Zona de Expansão Urbana e nem vai se tornar; enfatizou que a Lei de Uso e do Solo existente não trata o local como Zona de Relevante Interesse Ambiental, o que houve foi um erro na elaboração do mapa anexo a ela e que este não pode sobrepor a lei. Após algumas discussões em relação ao assunto, o Assessor Jurídico Julio Torres fez uso da palavra enfatizando que o mapa anexo à lei é um acessório, que é meramente uma parte ilustrativa, que o principal é o que determina a lei, que o acessório não sobrepõe ao principal. Sr. Guilherme, representante da Academia Catalana de Letras, alega ter participado na elaboração do Plano Diretor atual, que naquela época o Pasto do Pedrinho era considerado integralmente como área de APP e que hoje temia essa mudança, e havia tomado conhecimento de que área seria transformada em um condomínio fechado, relatou ainda que o esgotamento sanitário está sendo feito com encanamentos de cem milímetros, o que agrava o problema de

saneamento da cidade. Sra. Patrícia, professora da rede estadual de ensino, representante de movimentos sociais, enfatizou que a revisão do Plano Diretor deveria ter sido realizado até agosto de dois mil e catorze e estranhou o fato de estar sendo revisado próximo ao período eleitoral. Ressaltou a questão da mobilidade Urbana sobre o transporte público de Catalão e a insatisfação dos usuários, enfatizando a questão do quantitativo do passe livre disponibilizado para os alunos, a questão das passarelas na BR-050. Sr. Alan, da comissão dos ribeirinhos alega que a lei não é aplicada da mesma forma para todos, pois para criminalizar os ribeirinhos na revisão do Samambaia foi uma rapidez meteórica, para conceder liminar, porém, faz dois anos que nada foi feito para reparar os danos causados a comunidade local. Cita o que diz a Resolução nº 20, que trata da legalização do Uso do Solo e da água na Bacia do Ribeirão Samambaia, fala do crescimento desordenado da cidade em direção ao manancial de abastecimento, questiona os procedimentos executados pelo SAE: tubulação da rede de esgoto do Bairro Ipanema, operação acima do percentual permitido, bombeamento de esgoto para dentro do manancial de abastecimento, se tem o estudo de vazão do Samambaia Pari, que o mesmo já não tem mais capacidade para abastecer o município de Catalão, que estudos devem ser feitos junto ao Rio São Marco para abastecimento do município. Fala ainda da divergencia da metragem das APP's exigidas pelo município em relação ao Código Florestal Brasileiro. Sr. Paulo Ribeiro, representante da Fazenda Saudade demonstrou a preocupação com a APP's de 100 metros para área urbana, disse que sua propriedade apesar de estar em área urbana exerce uma função rural. Sr. Antonio Ribeiro falou ainda, se for mantido o entendimento de que se deve manter a APP de 100 metros, mas que haja uma compensação para os proprietários da fazenda. Bruno, aluno da UFG, alega em sua fala que as áreas verdes existentes no município de Catalão não estão acessíveis a toda a população, tendo em vista não estarem bem distribuídas em todos os setores, que parte da população precisa atravessar a BR-050 para terem acesso ao lazer nesses locais. O Assessor Jurídico, Julio Torres faz alguns apontamentos de ordem legal, respondendo aos questionamentos, enfatiza que a Revisão do Plano Diretor não está sendo realizada somente nesse curto espaço de tempo, que várias reuniões já haviam sido realizadas pela equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão com a ajuda de vários outros órgãos da administração municipal. Responde a questionamento do Sr. Alan que para a área rural, não existe APP de 100 metros, que o caso se aplica somente a área da Fazenda Saudade que está em área urbana. Em relação a questão de compensação colocada pelo Sr. Antonio Ribeiro, diz que já está em estudo essa possibilidade. Nesse momento o Sr. Alfredo, Analista Ambiental da SEMMAC, passa a fazer uso da palavra, esclarecendo sobre a APP de 100 metros levantada na fala do Sr. Alan. Diz que no inicio dos debates, houve uma avaliação equivocada sobre essa delimitação de 100 metros, inclusive para área rural; depois de uma releitura da legislação, houve um consenso, que esses 100 metros somente se aplicava para parcelamento do solo para fins urbanos. Em relação à fala do Bruno, alega que concorda que alguns setores do município foram cerceados no direito a lazer por áreas verdes, mas que já existe na SEMMAC, desde 2013, estudos técnicos específicos, para elaboração de parque lineares, que um deles está localizado na região do Córrego do Almoço até o encontro da BR-050; que estão buscando recursos para implantação desse projeto. No bairro Castelo Branco existe um projeto de um parque linear que vai entrar como compensação do Loteamento São Marco que está sendo construído naquela área. Enfatiza ainda que a SEMMAC tem se esforçado ao máximo para

regularizar a questão de licenciamento ambiental para loteamento através de Instrução Normativa com critérios diferenciados para compensação ambiental. O Assessor Jurídico, Julio Torres, esclarece que referente ao Parque citado pelo Alfredo, Terra de São Marco não é uma mera promessa e que foi assinado um Termo de Compromisso Ambiental com o proprietário do loteamento, publicado em Edital e comunicado ao Ministério Público. Alega ainda existir, em razão de um outro loteamento chamado de Ayrton Sena, um Termo de Compromisso Ambiental firmado para construção de um parque na saída para Goiânia. Em seguida retornou a palavra ao Coordenador Técnico Vinicius Gomes Aguiar, que passou a responder aos demais questionamentos. Justificou que a reunião sobre áreas Verdes foi acordada em Audiência Pública que seria entre o Pasto do Pedrinho e os Ribeirinhos conjuntamente, não havendo objeção entre as partes. Sobre a captação de água no Rio São Marco, que, como técnico, achava essa possibilidade muito complicada tendo em vista os vários conflitos de água já existentes naquele local. A respeito da colocação do Sr. Paulo Ribeiro sobre a APP de 100 metros, enfatizou que APP de 100 metros naquele local, já é instituída por lei e que estão sendo estudadas formas de compensação ambiental, que essa seria a proposição. Em relação ao Sr. Bruno, alega que existe proposição de parques lineares para todo o município de Catalão e que a criação de Unidades de Conservação haveria necessidade de estudos técnicos para sua criação. Posteriormente, colocou-se a disposição para reuniões futuras, afirmando que bastava marcar com antecedência. Deu-se o encerramento desta Reunião Técnica às vinte e duas horas e cinquenta minutos. Agradeceu a participação de todos. Nada mais houve a ser registrado Eu, Kellen Apolinário Arruda Marquez, abaixo assinado, que secretariei, encerrei a presente ata, lavrada em sete folhas sem emendas ou rasuras.


Kellen Apolinário Arruda Marquez
Gestora Ambiental
EQUIPE AMBIENTAL